

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
DE SÃO PAULO – IFSP**

**CAMILA ALVES ANDRADE**

**O PERFIL DA FORMAÇÃO TECNOLÓGICA EM GESTÃO DE  
TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**SÃO PAULO  
2010**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
DE SÃO PAULO – IFSP**

**CAMILA ALVES ANDRADE**

**O PERFIL DA FORMAÇÃO TECNOLÓGICA EM GESTÃO DE  
TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Monografia de Conclusão de Curso apresentada como pressuposto parcial para a obtenção do título de Especialista em Formação de Professores com ênfase no Magistério do Ensino Superior ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

Orientadores: Prof<sup>o</sup>. Me. Glauber Eduardo de Oliveira Santos/ Prof<sup>a</sup>. Dra. Lília Santos Abreu - Tardelli

**SÃO PAULO**

**2010**

**ANDRADE. Camila Alves**

O perfil da formação tecnológica em Gestão de turismo do Estado de São Paulo, São Paulo, 2010

“82” f .

Monografia de Conclusão de Curso – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, 2010.

Orientadores: Prof<sup>o</sup>. Me. Glauber Eduardo de Oliveira Santos/ Prof<sup>a</sup>. Dra. Lília Santos Abreu-Tardelli

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus orientadores Prof<sup>o</sup>. Me. Glauber Eduardo de Oliveira Santos e Prof<sup>a</sup>. Dra. Lília Santos Abreu -Tardelli pela dedicação e paciência dispensadas.

Aos meus colegas de curso e professores pelo constante incentivo e pela troca mútua.

À minha família pelo apoio.

## RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo principal analisar as grades curriculares de 15 cursos de Tecnologia em Gestão de Turismo do Estado de São Paulo a fim de identificar o perfil de tais cursos, bem como o perfil profissional que estes pretendem formar.

As análises revelaram a ênfase dos cursos para a formação gerencial, em detrimento da formação operacional e/ou formação generalista.

Em análise do mercado de trabalho no turismo, concluímos que o aumento da escolaridade dos trabalhadores na área não se traduziu em aumento dos seus rendimentos.

**Palavras - Chave:** Análise Curricular, Educação Profissional, Ensino do Turismo, Mercado de Trabalho no Turismo.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	Apresentação .....	12
1.2	Objetivo .....	13
1.3	Objetivos Específicos .....	13
1.4	Metodologia.....	14
2	REVISÃO TEÓRICA .....	16
2.1	Turismo: Conceito .....	16
2.2	Breve Histórico das Viagens e do Turismo. ....	17
2.2.1	Turismo e Modernidade.....	18
2.2.2	O Turismo e a Sociedade Pós-Industrial. ....	20
3	ENSINO SUPERIOR TECNOLÓGICO.....	23
3.1	Educação Profissional e Tecnológica.....	23
3.2	Aspectos Legais .....	27
3.3	Currículo.....	30
3.3.1	Diretrizes Curriculares dos Cursos de Tecnologia.....	31
3.3.2	O Desenvolvimento de Competências.....	35
4	O ENSINO DO TURISMO .....	37
4.1	Panorama do Ensino do Turismo .....	37
4.2	Formação.....	40
4.3	Mercado de Trabalho no Turismo. ....	44
4.4	Os Cursos de Tecnologia em Gestão de Turismo .....	53
5	ANÁLISE DE DADOS .....	56
5.1.1	Localização e Perfis Profissionais .....	61
5.1.2	Módulos e Competências .....	62
	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	63
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	69

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Apresentação

Esta pesquisa tem como intuito analisar as grades curriculares dos cursos de Tecnologia em Gestão de Turismo do Estado de São Paulo, a fim de verificar o perfil de tais cursos; bem como o perfil do profissional que estes pretendem formar, considerando ainda as relações estabelecidas entre as necessidades mercadológicas, legais e sociais na composição de tais currículos.

Pretende-se ainda que esta sirva de subsídio para as discussões acerca da formação do profissional Tecnólogo em Gestão de Turismo, em busca da definição do seu perfil profissional.

A maioria dos dados foi obtida através dos sítios das Instituições de Ensino Superior oferecedoras dos cursos que possuíam autorização do Ministério da Educação. Outros dados foram obtidos via correio eletrônico e/ou por telefone.

A justificativa pessoal para a realização desta pesquisa decorre da necessidade de compreender a relevância da grade curricular na formação do Tecnólogo em Gestão do Turismo para sua inserção e permanência no mercado de trabalho. Desta necessidade nasceu o desejo de compreender o mercado de trabalho no turismo e o perfil profissional que exige tal mercado.

À Ciência e à Instituição, tal trabalho trará um panorama que reflete por meio do currículo, as propostas político - pedagógicas que praticam as instituições para a formação de profissionais do segmento, possibilitando especificamente ao IFSP o constante aprimoramento de seu próprio curso de Tecnologia em Gestão de Turismo.

A pesquisa foi dividida da seguinte forma: A Introdução 1 apresenta o tema e define o objetivo geral, os objetivos específicos e a metodologia. O capítulo 1 inicia com o referencial teórico e traz definições conceituais sobre o Turismo, além de um panorama geral do turismo ao longo do tempo e fatores que contribuem para o desenvol-

vimento do turismo. O Capítulo 2 trata da Educação Profissional e Tecnológica, do Conceito de currículo, das Diretrizes Curriculares para os cursos de Tecnologia e do Conceito de Competências. O Capítulo 3 traz o panorama do ensino do Turismo, procura relacionar vários aspectos da formação em turismo e expõe informações sobre o curso de Tecnologia em Gestão do Turismo. O capítulo 4 discorre sobre a relação entre formação e rendimentos no mercado de trabalho do turismo. O capítulo 5 traz a análise dos dados e as considerações finais.

## **1.2 Objetivo**

Estabeleceu-se como Objetivo Geral a análise das Grades Curriculares dos cursos superiores de Tecnologia em Gestão do Turismo do Estado de São Paulo a fim de identificar qual o perfil dos cursos em questão, bem como do profissional que estes pretendem formar.

## **1.3 Objetivos Específicos**

Em decorrência do Objetivo Geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- A análise do conceito de organização curricular modular utilizado pelas instituições;
- A análise do conceito de competências utilizado pelas instituições;
- A verificação dos perfis profissionais que as instituições pretendem formar;
- A análise dos Conteúdos Curriculares segundo a Classificação Proposta para os cursos de Turismo nas Diretrizes Curriculares Nacionais;

## 1.4 Metodologia

Foram realizadas pesquisas no sítio do Ministério da Educação com o intuito de levantamento de dados sobre as Instituições de Ensino cujos cursos em questão eram reconhecidos por este.

Posteriormente foi verificado nos sítios das Instituições a real existência dos cursos tanto presenciais, quanto a distância, constatando-se que dos 30 reconhecidos pelo MEC e cadastrados no site no ano de 2008, somente 16 ainda existiam.

Os dados sobre o fechamento de tais cursos foram obtidos por meio de correio eletrônico, telefone e/ou pelo próprio sítio.

Dentre os 16 cursos existentes, dois são oferecidos na modalidade de Educação a Distância (EAD). Uma Instituição que oferece o curso em tal modalidade também o oferece presencialmente com a mesma grade curricular. Sendo assim, contabilizaremos tais cursos como sendo somente um em função da Grade curricular em comum.

As Grades Curriculares bem como as páginas de apresentação dos cursos foram coletadas nos sítios ou por solicitação via correio eletrônico e/ou telefonemas. Somente uma Instituição não respondeu às três solicitações de tais informações necessárias a realização da pesquisa. Sendo assim, analisamos as Grades curriculares de 15 cursos. A coleta de dados iniciou-se no dia 01/07/2010 e teve fim no dia 23/08/2010.

Das Instituições que possuem organização curricular modular não foi possível obter a informação de como funcionavam tais módulos, ou seja, se as disciplinas estavam inseridas dentro destes módulos.

A partir de então os dados foram tabulados e classificados de acordo com a classificação proposta nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Turismo, e ainda uma subclassificação fez-se necessária afim de melhor contemplar as disciplinas/módulos dos cursos.

Desta forma, os Conteúdos foram classificados em Básicos, Específicos, Teórico-Práticos e Outros. E subclassificados como: Conteúdos de Formação Gerencial, Conteúdos Segmentares, Conteúdos Básicos de Turismo Conteúdos de Idiomas e Comunicação.

## 2 REVISÃO TEÓRICA

### 2.1 Turismo: Conceito

Há diversas definições de turismo. Tal multiplicidade de definições, de acordo com Beni (2003) se deve à complexidade de tal atividade. Traremos a este estudo aquelas que parecem mais condizentes com a proposta da pesquisa, sem contudo propor um consenso com relação ao tema.

Barretto (2003, p. 9) atribui a um economista austríaco a primeira definição do turismo no ano de 1911:

(...) turismo é um conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado.

A visão de turismo de Burkart e Medlik (1974) considera além dos processos, como Barretto (2003), as inter-relações entre os estes. Os autores consideram o turismo “uma amálgama de fenômenos e relações, fenômenos estes que surgem por causa do movimento de pessoas e sua experiência em vários destinos.” (BURKART e MEDLIK apud BARRETTO 2003, p.12)

Jafari, porém, conceitua a atividade a partir do ponto de vista do turista. Para este então, turismo:

É o estudo do homem longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físico, econômico e sociocultural da área receptora.” (JAFARI apud BENI, 2003, p. 36).

Tal definição considera ainda de forma mais complexa as inter-relações que formam o turismo.

Barretto (2003) compreende que para a existência do turismo é necessário que haja a busca do turista pelo lazer, sendo que viagens cujo objetivo principal não seja o lazer, e principalmente a livre escolha não podem ser consideradas turismo, muito

embora tais viajantes possam se utilizar de equipamentos e serviços turísticos. E coloca:

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural. (DE LA TORRE apud BARRETTO 2003, p.13).

Contrariamente a visão de Barretto (2003) para a Organização Mundial do Turismo (OMT), diversas são as motivações que levam a prática do turismo, tal visão parece ser a mais comum e aceita atualmente. O turismo para a OMT é definido da seguinte forma:

(...) as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadias em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com a finalidade de lazer, por negócios e outros motivos, não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado.

## **2.2 Breve Histórico das Viagens e do Turismo.**

Buscando compreender a importância do turismo ao longo da história verificamos que não há consenso sobre quando se dá exatamente o início de tal fenômeno, e, portanto adotaremos a visão de Moesh (2002) e Barretto (2003), que consideram que o nascimento do turismo se deve ao desenvolvimento do capitalismo.

Sendo assim, o turismo é fruto da modernidade nascida no séc. XIX, já que antes deste século, segundo aquelas, não há indícios que indiquem uma estrutura e uma motivação para as viagens características do turismo.

Para Barretto (2003) “o turismo (como o conhecemos hoje), sempre esteve ligado ao modo de produção e ao desenvolvimento tecnológico. O modo de produção deter-

mina quem viaja, e o desenvolvimento tecnológico, como fazê-lo.” (BARRETTO, 2003, p.30)

Os deslocamentos humanos realizados antes do séc.XIX então são considerados viagens ou migrações e segundo Barretto (2003), as motivações para a realização de ambas são diversas e variam de acordo com fatores socioculturais e econômicos. As viagens, porém, prevêm uma estadia no local visitado e um retorno do viajante, diferentemente das migrações. Para Ignarra (2003) é da necessidade de comércio entre os povos que se iniciam as viagens.

Para Dias (2005), Ignarra (2003) e Barretto (2003), no entanto, as viagens estavam geralmente ligadas as necessidades de lazer, tratamentos de saúde, viagens religiosas, viagens de descoberta, de comércio, de aventura, descanso ou pela necessidade de saber (conhecer o mundo, outras culturas e línguas), na antiguidade e idade média.

Sobre a história do turismo antes da Antiguidade coloca Barretto (2003, p.44):

(...) é muito provável que, se fosse realizada uma pesquisa em tempos anteriores (sec.VIII a.c), em outras culturas, além da Greco-Romana, encontrar-se iam antecedentes ainda mais remotos, chegando-se a supor que o ser humano sempre viajou, seja definitivamente (migrando) ou temporariamente (retornando).

### **2.2.1 Turismo e Modernidade.**

O contexto social que se estabeleceu na sociedade capitalista pós- Revolução Industrial (séc.XVIII) favorece o desenvolvimento do Turismo segundo Barretto (2003) pois gera diversas condições para que este se estruture e possa ser visto como item de consumo de massa.

Dentre os fatores que propiciaram o desenvolvimento do turismo ainda segundo aquela constam:

- O aumento do êxodo rural em decorrência da industrialização;

- A constante transformação do espaço urbano;
- O aumento das reivindicações dos trabalhadores europeus por menos horas de trabalho;
- E o aumento do tempo de lazer.

Outros fatores que contribuíram para o desenvolvimento do turismo foram o desenvolvimento dos transportes ferroviários, e posteriormente da indústria automobilística, o surgimento da classe média, o estímulo a navegação, a melhora nos serviços públicos de saneamento, segurança e alfabetização, e a necessidade de maior velocidade na comunicação.

O surgimento das férias remuneradas na Europa e do sistema de crediário possibilitou que também a classe operária tivesse acesso ao turismo, especialmente a colônias de férias e excursões a praia, dando início assim ao turismo de massa.

O turismo na modernidade tem como característica ainda, a organização da viagem mediada por um agente, sendo Thomas Cook, um vendedor de Bíblias inglês, considerado o primeiro na história a organizar viagens e excursões mais acessíveis a classe média na Inglaterra; Aponta ainda Ignarra (2003) Thomas Bennett como um dos precursores do serviço de agenciamento turístico, ou seja, revenda de roteiros turísticos.

De acordo com Krippendorf (2003), o que distingue substancialmente as viagens antes da era moderna das viagens na modernidade, é motivação , pois se antes os turistas viajavam essencialmente para a aquisição de cultura e saúde, ou comércio, na modernidade são as condições de vida nas grandes cidades que os motivam. Este destaca:

As pessoas viajam porque não se sentem mais a vontade onde se encontram, seja nos locais de trabalho, seja onde moram. Sentem necessidade urgente de se desfazer temporariamente da rotina massificante do dia-a-dia do trabalho, da moradia e do lazer, a fim de estar em condições de retomá-la ao regressarem. (KRIPPENDORF, 2003, p.15)

O desenvolvimento social, científico e tecnológico impulsionou a humanidade à ocupação de seu tempo livre, sendo o turismo um dos possíveis itens de consumo responsáveis pelo preenchimento e satisfação deste tempo. Tal satisfação ainda, de acordo com aquele, é pressuposto essencial para a manutenção da vida monótona e estressante cotidiana do ser humano moderno.

Krippendorf (2003) critica sobretudo a forma com que o turismo é praticado ou consumido na sociedade moderna se tornando motivo de diferenciação e status social. E sobre as condições que o turismo de massa é praticado coloca:

Assim é que ano após ano, fim de semana após fim de semana, milhões de seres humanos se comprimem em multidões, sem necessidade alguma e sem obrigação aparente, consumindo esse período que lhes é tão precioso. Quase todos participam do movimento, imaginando que o fazem de livre arbítrio, mas a aparência é de quem obedece a uma ordem. (KRIPPENDORF, 2003, p.13)

O turismo então, segundo o autor, da forma como vem sendo praticado, não mais satisfaz as necessidades da vida contemporânea, ao passo que em função do desenvolvimento desordenado e predatório deste, ele atende cada vez menos as necessidades de descanso do ser humano sendo necessário que se repense o próprio modelo de sociedade ao qual está inserido.

Talvez as férias e o lazer experimentados longe de casa possam transformar-se realmente em um campo de aprendizado e de experiências, não apenas uma fuga do cotidiano e dos problemas, mas também uma oportunidade de enriquecimento interior, de exercer a liberdade, a compreensão mútua e a solidariedade, e de poder descobrir um pouco de tudo isso no cotidiano. (KRIPPENDORF, 2003, p.13)

### **2.2.2 O Turismo e a Sociedade Pós-Industrial.**

Assim como Krippendorf (2003), De Masi (2001) credita o aumento do tempo livre ao desenvolvimento tecnológico, e afirma que em decorrência de tal desenvolvimento o tempo necessário dedicado ao trabalho é reduzido na sociedade pós - industrial

sendo que esta será definida pelo uso que os indivíduos fazem do seu tempo de lazer.

De Masi (2001) coloca também que uma das características da sociedade pós - industrial é a da economia voltada para a produção de bens imateriais; A criação de tais bens, segundo este, está sujeita ao desenvolvimento intelectual e criativo e tal trabalho intelectual é indissociável de outros aspectos da vida, como o lazer.

O aumento do tempo dedicado ao ócio porém, segundo o autor, não é percebido pelo indivíduo pós-moderno em função da organização padronizada da vida na sociedade que seria herança da modernidade.

Tal organização não privilegiaria uma distribuição do tempo produtivo de forma racional. E afirma: “Há horários demasiadamente sincronizados, de modo que todo mundo sai para trabalhar na mesma hora do dia (...) fazendo com que o trânsito se torne lento, se perca tempo (...)” (DE MASI, 2001, p.21)

Conclui o autor que as jornadas longas de trabalho se devem a fatores muito mais ideológicos e culturais provenientes do sistema capitalista, do que propriamente da necessidade da humanidade de produção e consumo.

Krippendorf (2003) se assemelha a De Masi (2001) (embora aquele trate do conceito de sociedade industrial e este de sociedade pós- industrial) na idéia de que para um melhor aproveitamento do tempo livre através do lazer é necessário que o tempo de trabalho seja repensado.

Para Dias (2005) o turismo pós- moderno é consequência da sociedade pós - industrial, do século XXI. Para Barretto (2003) o período que define o turismo contemporâneo está entre os anos de 1945 a 1990 e a principal característica deste é o aumento do acesso ao transporte aéreo e posteriormente a formação de “mercados de consumo de massa globais”. (BARRETTO, 2003, p.54)

Este período marca ainda, segundo a autora, o surgimento das operadoras de turismo na Europa, a expansão da atividade pelo mundo e aumento das agências de

viagens, a expansão e profissionalização da hotelaria, o início do conceito de preservação ambiental nos anos de 1970, e ainda o aparecimento dos “órgãos de turismo encarregados de dar superestrutura organizacional, legislativa e administrativa para o fenômeno do turismo.” (BARRETTO, 2003, p.56)

Para a autora, o paradigma do turismo na pós-modernidade se situa na questão da qualidade, considerando esta como a capacidade de atender as expectativas do consumidor. Acredita que é a busca de qualidade no turismo que possibilitará um desenvolvimento turístico de forma mais responsável e sustentável.

Tal qualidade, como aponta Dias (2005) é também proveniente das exigências dos consumidores do século XXI, já que estes tendem a demandar produtos cada vez mais exclusivos, o que de acordo com Barretto (2003) é característica desta fase do desenvolvimento capitalista.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Para Turismo no Brasil ver TRIGO, L. G. G. Viagem na Memória – Guia Histórico das Viagens e do turismo no Brasil. São Paulo: Editora Senac, 2002.

### **3 ENSINO SUPERIOR TECNOLÓGICO.**

#### **3.1 Educação Profissional e Tecnológica**

A educação profissional, com a reforma do ensino médio e profissional (1995 - 2002) possibilitou a diversificação de instituições que a oferece como sindicatos, associações comunitárias, organizações não governamentais além das instituições públicas. Os objetivos a que se destinam tais instituições e cursos são igualmente diversos, já que podem ser oferecidos desde o nível básico ao nível superior, com o intuito de capacitação profissional de jovens e adultos, de trabalhadores e outros.

Manfredi (2002) expõe que as concepções de educação profissional estão divididas entre as que se voltam para o assistencialismo, aquelas que tendem a uma educação técnica que atende as necessidades de mercado e outras orientadas para a formação de trabalhadores críticos considerando estes em seus contextos sócio-históricos.

A Educação profissional de nível superior é denominada Educação Tecnológica pela LDB 9.394/96 Cap.III, §2º inciso III.

À Educação Tecnológica se inserem os cursos de Tecnologia que segundo Cristophe (2005, p.4), se destinam ao “desenvolvimento de competências profissionais que possibilitem a correta utilização da tecnologia”.

Cristophe (2005) crê que os cursos superiores de curta duração, como os de Tecnologia, apontam para um modelo de ensino superior adotado sob recomendação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) nos anos de 1990.

Coloca que “dentre as prioridades apontadas pelo Banco consta a diversificação da educação pós-secundária com a criação de faculdades e institutos técnicos para atender às novas demandas a custos inferiores aos das universidades” (CRISTOPHE, 2005, p.15)

Este afirma que o BID considerando a estrutura do ensino superior na América Latina não adequada as necessidades contemporâneas, sugeriu e apoiou as instituições públicas e privadas que tiveram interesse em oferecer cursos mais coerentes com tal realidade. Os cursos a que se referem teriam menor duração, bem como seus custos também seriam reduzidos possibilitando maior acesso da população.

Tais cursos para Cristophe (2005, p.17) se configuram na verdade como ensino técnico com conotação de ensino superior e afirma que “o modelo que se propõe é de curta duração, baixo custo, centrado no ensino aplicado, dissociado da pesquisa e da extensão, flexível e em conformidade com as demandas imediatas dos setores produtivos.”

O documento Proposta em Discussão - Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica de 2004, parece indicar qual a concepção de educação profissional que tem o atual governo quando declara que a questão das inter- relações entre o sistema educativo e o sistema econômico não são questões acadêmicas, mas sobretudo políticas e de finalidades estratégicas .

Assim, a educação profissional e tecnológica tem de ter, necessariamente, a intencionalidade estratégica do desenvolvimento, recusando, pois, reduzir o seu alcance a mera adaptação da formação escolar e paraescolar a necessidades dos empregadores, das forças vivas, do mercado de trabalho, (...). (BRASÍLIA, 2004, p.5)

De acordo com o documento citado, a visão de educação profissional e tecnológica do Governo almeja o desenvolvimento econômico e redução das desigualdades sociais da nação, servindo-se de forma estratégica desta para a realização de tal fim.

Sua concepção privilegia ainda uma visão de educação profissional voltada formação de um cidadão – trabalhador – crítico, em contraposição a uma formação voltada estritamente ao atendimento das exigências do mercado de trabalho, contrariando assim, ao menos na teoria, as afirmações de Cristophe (2005) quando coloca:

Nesse âmbito, a educação profissional e tecnológica deverá ser concebida como um processo de construção social que ao mesmo tempo qualifique o

cidadão e o eduque em bases científicas, bem como ético-políticas, para compreender a tecnologia como produção do ser social, que estabelece relações sociohistóricas e culturais de poder. (BRASÍLIA, 2004, p.7)

A proposta do governo, parece se equivaler em parte ao que chama Manfredi (2002, p.57), “de formação técnica e uma sólida base científica, numa perspectiva social e histórico - crítica, [...]”. Para a mesma, porém tal concepção de formação profissional estaria localizada no ensino médio, e não no superior.

O ponto de divergência principal entre a posição do Governo e a de Manfredi (2002), contudo, parece se localizar justamente, no intuito deste de atingir objetivos econômicos como fator de desenvolvimento social através da educação.

Tal divergência é evidente quando esta coloca que “a educação, enquanto processo social, não gera trabalho nem emprego [...], mecanismos de desenvolvimento econômico [...], é que são responsáveis pela criação de novos postos de trabalho e até de novas ocupações.” (MANFREDI, 2002, p.51)

A este respeito, Frigotto (2006) em análise da Teoria do Capital Humano desenvolvida na década de 1960 por Theodoro Schultz, parece elucidar melhor tal idéia de educação como fator de desenvolvimento individual e nacional que ressoa no plano atual do governo para a educação profissional e tecnológica.

Tal teoria, segundo este, propõe de forma geral que o investimento em capital humano possibilitaria o acesso do indivíduo ao capital físico, bem como levaria ao desenvolvimento sócio-econômico da nação. Tal concepção, afirma, restringe o acesso ao capital a um fator educacional, sem considerar o conflito de classes e a superação deste para a obtenção de tal fim.

A educação pela visão de tal teoria, ainda de acordo com aquele, seria um fator decisivo para o acesso ao capital. Pondera contudo que o acesso a educação é determinado pelo acesso que já se tem ao capital, indicando que sem tal consideração, passa-se a crer que a responsabilidade pelo acesso ao emprego e a melhoria da

renda é responsabilidade individual e não Estatal e/ou decorrente de reivindicações coletivas.

Frigotto (2006, p. 16) revela ainda que tal teoria se constitui em uma teoria do desenvolvimento que “concebe a educação como produtora da capacidade de trabalho, potenciadora de trabalho e, por extensão, potenciadora da renda, um capital (social e individual), um fator do desenvolvimento econômico e social.”

Tal teoria, ainda segundo aquele, se constitui também como uma teoria da educação em que:

(...) a ação pedagógica, a prática educativa escolar reduzem-se a uma questão técnica, a uma tecnologia educacional cuja função precípua é ajustar requisitos educacionais a pré-requisitos de uma ocupação no mercado de trabalho de uma dada sociedade. Trata-se de uma perspectiva instrumentalista e funcional da educação. (FRIGOTTO, 2006, p.16)

A posição do Governo atual sobre concepção de educação profissional enquanto propulsora de desenvolvimento se assemelha ao que coloca Frigotto (2006, p.27):

Toda a política educacional (nacional), desenhada especialmente após a segunda metade da década de 60, tem nos postulados da teoria do capital humano seu suporte básico. Ao lado de uma política econômica que velozmente se associa ao capital internacional, cujo escopo é a exacerbação da concentração da renda e da centralização do capital, toma-se a “democratização” do acesso à escola - particularmente a universidade – como sendo o instrumento básico de mobilidade, equalização e “justiça social”. Produz-se então a crença de que o progresso técnico não só gera novos empregos, mas exige uma qualificação cada vez mais apurada. De outra parte, enfatiza-se a crença de que a aquisição de capital humano via escolarização e acesso aos graus mais elevados de ensino, se constitui em garantia de ascensão a um trabalho qualificado, e conseqüentemente, a níveis de renda cada vez mais elevados.

Ainda sobre a possibilidade de geração e aumento de renda via escolarização coloca Schwartzman (2005) que o aumento da escolaridade mundial, e em especial o acesso ao ensino superior, se deve a complexas relações que nem sempre refletem as necessidades de mão de obra melhor qualificada por parte do mercado, mas sobretudo atende a anseios sociais por acesso a níveis mais elevados de escolaridade.

Este utiliza-se do termo inflação educação, que acontece quando há maior demanda de pessoas com alta qualificação do que necessita o mercado de trabalho, para constatar as conseqüências negativas decorrentes deste descompasso e expõe que uma das conseqüências da inflação educacional é o crescimento do credencialismo, “o uso da educação como mecanismo de acesso aos mercados de trabalho sem considerar se a educação tem relação com o conteúdo do trabalho”. (SCHWARTZMAN, 2005, p.10)

Alerta ainda que o aumento dos custos da educação, “afeta, sobretudo, as populações de renda mais baixa, que passam a necessitar de mais anos de educação para manter a mesma posição relativa que tinham anteriormente no mercado de trabalho.” (SCHWARTZMAN, 2005, p.10)

Propõe que o papel importante da educação com relação ao desenvolvimento de competências e qualificações necessárias para o mercado de trabalho deve receber atenção a fim de atender as reais possibilidades e necessidades deste.

### **3.2 Aspectos Legais**

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, em seu Título V que define os níveis e as modalidades de Educação e Ensino, coloca em seu Cap. I, Art.21 que a educação escolar, no Brasil compõe-se de “I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e II - educação superior”.

Em seu Art. 44. do Cap. IV, define que educação superior pertencerão os seguintes cursos e programas:

I - cursos seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente

II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

No capítulo IV a LDB 9.304/96 define as finalidades circunscritas a tal nível educacional, que dentre outras são:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

A educação Profissional e Tecnológica, é tratada pela mesma lei em seu Cap.III, que no §2º define a abrangência de seus cursos que serão, “I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II – de educação profissional técnica de nível médio; III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.”

Segundo o § 3º do mesmo Capítulo, os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, carac-

terísticas e duração, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

A Educação Profissional no nível superior, que é denominada de Educação Tecnológica no Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997 em seu Art.10 define: Os cursos de nível superior, correspondentes à educação profissional de nível tecnológico, deverão ser estruturados para atender a os diversos setores da economia, abrangendo áreas especializadas, e conferirão diploma de Tecnólogo.

O Decreto 5.154/2004 introduz na formação profissional Tecnológica organização curricular por etapas:

Art. 6º. Os cursos e programas de educação profissional técnica de nível médio e os cursos de educação profissional tecnológica de graduação, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, incluirão saídas intermediárias, que possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após sua conclusão com aproveitamento.

§ 1º Para fins do disposto no caput considera-se etapa com terminalidade a conclusão intermediária de cursos de educação profissional técnica de nível médio ou de cursos de educação profissional tecnológica de graduação que caracterize uma qualificação para o trabalho, claramente definida e com identidade própria.

§ 2º As etapas com terminalidade deverão estar articuladas entre si, compondo os itinerários formativos e os respectivos perfis profissionais de conclusão.

E sobre o itinerário formativo, define em seu Art. 3º, § 1º: “considera-se itinerário formativo o conjunto de etapas que compõem a organização da educação profissional em uma determinada área, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos.”

Os cursos superiores de tecnologia permitem a realização de pós-graduações, o que os diferencia dos cursos seqüenciais e o ingresso dos candidatos se submete aos mesmos condicionamentos impostos aos cursos superiores no Brasil em geral.

### 3.3 Currículo

O conceito de currículo segundo Padilha (2004) se define enquanto a escolha de determinados conhecimentos que fazem parte de um universo maior de conhecimentos, que irão constituir o currículo. Tais escolhas decorrem da “(...) conjunção das diferentes ações e relações advindas do processo de reflexão, elaboração, execução e avaliação do projeto da escola. (PADILHA, 2004, p.118)

Masetto (2006, p.2) expressa como conceito de currículo “a organização de atividades e disciplinas que permitirão aos alunos presentes em curso de uma instituição educativa desenvolverem sua formação e educação, orientadas pelos princípios educacionais desta e por uma teoria curricular.”

As teorias curriculares, segundo Padilha (2004) embasariam o conceito que se tem de currículo e justificam a seleção de determinados conteúdos em detrimento de outros. Para este as teorias se dividem em Tradicionais e Críticas ou Pós-Críticas.

As teorias curriculares tradicionais, ainda de acordo com aquele, se baseiam na transmissão do conhecimento técnico e científico sob aparente neutralidade. Tais conhecimentos deveriam ser, sob este ponto de vista, inquestionáveis, e teriam como ideologia a manutenção da divisão social de classes.

Similar a tal visão, é também a de Masetto (2006) que denomina de ‘tradicionalismo neoconservador a teoria onde a concepção de currículo se restringe a transmissão de conhecimentos que é feita pela escola e que tem a intenção de submissão do aluno as regras desta e a valorização das tradições de determinada cultura.

Este indica que na educação profissional no Brasil, a teoria curricular tradicional prevalece, privilegiando a transmissão de conteúdos e conhecimentos fragmentados onde o professor permanece no centro do processo de ensino.

Para Padilha (2004), as teorias críticas e pós – críticas seriam uma reação as teorias tradicionais por questionarem a escolha de determinados conhecimentos em detrimento de outros assumindo assim, uma postura política na formulação do currículo.

Masetto (2006), afirma que há duas teorias curriculares atualmente, porém ao contrário de Padilha (2004), à segunda chama de 'instrumentalismo técnico'. Tal teoria limitaria o currículo ao atendimento das necessidades da economia, desprovendo-o de cunho educacional, e sobre isso define:

Restringe-se, em sua maior parte á educação profissional e ao treinamento. No ensino superior, em nome da empregabilidade, incentivam-se os estudantes a combinar disciplinas 'acadêmicas e vocacionais', e todas devem manifestar sua aplicabilidade. Cabe ao especialista explicitar a articulação das disciplinas, assim como promover o desenvolvimento de algumas habilidades como trabalho em equipe, comunicação e cálculo. (MASETTO, 2006, p.2)

Para este, ambas as teorias (tradicionalismo neoconservador e instrumentalismo - técnico) não discutem o papel do currículo na educação das pessoas. Atribui então, ao paradigma curricular o fato da não implementação das diversas teorias curriculares, que transporiam as teorias vigentes.

Salienta ainda que o paradigma curricular determina o que acontece coma educação tanto do ponto de vista pedagógico quanto do perfil do profissional e do cidadão a ser formado.

### **3.3.1 Diretrizes Curriculares dos Cursos de Tecnologia.**

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Tecnologia são o conjunto de concepções ideológicas do Governo acerca de como deverão ser abordados os conteúdos, e quais metodologias deverão ser privilegiadas nestes cursos.

Na ausência de Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para os cursos de Tecnologia em Gestão de Turismo, utilizaremos as Diretrizes Nacionais para os cursos de Tecnologia a fim de identificar as concepções que, segundo o Governo, deverão guiar os currículos dos cursos de Gestão de Turismo das Instituições de Ensino Superior que iremos analisar.

Segundo o Parecer CNE/CP Nº 29/2002 os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico apresentam como novo paradigma da educação profissional para o reposicionamento dos currículos escolares, tanto dos cursos técnicos quanto dos cursos superiores de tecnologia, o desenvolvimento de competências profissionais oriundas das necessidades do mundo do trabalho.

Emerge, no novo paradigma da educação e, de forma mais marcante, na educação profissional, o conceito de competência, mesmo que ainda polêmico, como elemento orientador de currículos, estes encarados como conjuntos integrados e articulados de situações-meio, pedagogicamente concebidos e organizados para promover aprendizagens profissionais significativas. Currículos, portanto, não são mais centrados em conteúdos ou necessariamente traduzidos em grades de disciplinas. A nova educação profissional desloca o foco do trabalho educacional do ensinar para o aprender, do que vai ser ensinado para o que é preciso aprender no mundo contemporâneo e futuro. (PARECER CNE/CP Nº 29/2002, p.20)

Ainda de acordo com tal Parecer, os referenciais para caracterização do perfil profissional para a formação dos tecnólogos bem como para a oferta dos cursos tecnológicos levaram em consideração aspectos como:

- A natureza científica e/ou tecnológica da área estudada;
- O foco da formação voltada para a tecnologia bem como a produção e gestão de bens e serviços, sem desconsiderar o desenvolvimento científico.
- A correspondência dos cursos as necessidades reais de mercado bem como sociais e a clareza dos perfis profissionais.
- O tempo de formação, que deverá atender mais agilmente as demandas.
- E a identificação do perfil profissional que norteará o projeto do curso bem como sua duração e carga horária.

O Parecer CNE/CES nº 776/97, também, aponta que as aprendizagens devem

contribuir para diminuição da evasão escolar, para o pensamento criativo, analítico e crítico bem como para o desenvolvimento de valores éticos.

Os cursos chamados 'conteudistas' que se limitam a transmissão do conhecimento devem ser superados, de acordo com tal documento, dando lugar a cursos que possibilitem uma formação básica sólida, e que prepare o indivíduo para rápidas transformações sociais e do mercado de trabalho e esclarece:

O objetivo é o de capacitar o estudante para o desenvolvimento de competências profissionais que se traduzam na aplicação, no desenvolvimento (pesquisa aplicada e inovação tecnológica) e na difusão de tecnologias, na gestão de processos de produção de bens e serviços e na criação de condições para articular, mobilizar e colocar em ação conhecimentos, habilidades, valores e atitudes para responder, de forma original e criativa, com eficiência e eficácia, aos desafios e requerimentos do mundo do trabalho. (PARECER CNE/CP Nº 29/2002, p.34)

Sendo assim, a Resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002 que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia, resolve que:

Art. 1º A educação profissional de nível tecnológico, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, objetiva garantir aos cidadãos o direito à aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias.

E sobre tal aquisição de competências coloca:

Art. 7º Entende-se por competência profissional a capacidade pessoal de mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho e pelo desenvolvimento tecnológico.

O Parecer CNE/CEB nº 16/99, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, observa que “confecção dos currículos na educação profissional deve se guiar pela “flexibilidade na oferta dos cursos, na or-

ganização de conteúdos por disciplinas, etapas ou módulos, atividades nucleadoras, projetos, metodologias e gestão dos currículos.” (Parecer CNE/CP Nº 29/2002, p.41)

Tal flexibilidade permitiria a instituição de ensino o acompanhamento das necessidades sociais e de mercado visando a rápida reorganização dos cursos se necessário, e buscando a adequação do perfil profissional. Permite ainda o desenvolvimento da interdisciplinaridade e justifica a escolha dos conteúdos possibilitando a integração entre a vida e a prática profissional.

De acordo com o Parecer CNE/CP (Nº 29/2002, p.43) ainda, as competências profissionais gerais do Tecnólogo, “deverão estar vinculadas a uma ou mais áreas, [...] em função das condições locais e regionais, sempre direcionadas para a laborabilidade frente às mudanças, o que supõe polivalência profissional.” E define:

Por polivalência aqui se entende o atributo de um profissional possuidor de competências que lhe permitam superar os limites de uma ocupação ou campo circunscrito de trabalho, para transitar por outros campos ou ocupações da mesma área profissional ou de áreas afins. Supõe que tenha adquirido competências transferíveis, ancoradas em bases científicas e tecnológicas, e que tenha uma perspectiva evolutiva de sua formação, seja pela ampliação, seja pelo enriquecimento e transformação de seu trabalho. Permite ao profissional transcender a fragmentação das tarefas e compreender o processo global da produção, possibilitando-lhe inclusive, influir em sua transformação. (CNE/CP Nº 29/2002, p.43)

O Parecer CNE/CES 436/2001 informa que a duração dos cursos tecnológicos poderá ser estendida em até 50% da carga horária total mínima pré-definida para cada modalidade. Em caso do plano de curso prever a realização de estágio, a duração desse não deverá ser contabilizada na duração mínima, porém deverá ser incluída na duração limite.

Tal documento aponta que a adoção da certificação intermediária fica a critério da Instituição de Ensino ofertante do curso e que estas têm por objetivo preparar o estudante para funções específicas do mercado de trabalho.

O desenvolvimento de trabalho de conclusão de curso, ainda de acordo com o documento é opcional, e pode ser desenvolvido sob a forma de Monografia, Projeto, Análise de Casos, dentre outros.

### **3.3.2 O Desenvolvimento de Competências**

É notada a orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formulação dos currículos de Tecnologia por competências, a definição de competência, contudo, parece ser abrangente.

Costa (2005, p.10), aborda que a dificuldade de definição clara sobre o tema, suscita várias discussões acerca deste. E coloca:

(...) a ênfase nas competências, (...) não estaria respondendo a uma lógica que redimensiona o papel do currículo ante o conhecimento, que deixa de ter um valor intrínseco e preponderante na formação para estar subjugado às ações em que será utilizado. A partir do momento em que o conhecimento não se justifica mais com um fim em si mesmo, cabe, então, ao currículo definir as competências esperadas ao final de uma etapa de escolarização.

Berger Filho (1999) defende a organização do currículo na educação profissional por competências, sugere dentre outros, que seja utilizada a metodologia de resolução de problemas, com projeto pedagógico organizado em torno das competências e organização curricular modular, pois, acredita que neste grau de escolaridade não cabem disciplinas que não visem uma aplicabilidade no mundo do trabalho.

Ramos (2002) acredita que a noção de competência reforça a individualização das reivindicações relativas ao trabalho da contemporaneidade posto que atribui ao indivíduo, através da escolarização, a responsabilidade pelo desenvolvimento de competências necessárias ao mundo do trabalho.

Tal visão, além de ser um retrocesso nas negociações políticas e coletivas, acredita, também o seria dentro do contexto escolar, já que negaria a discussão crítica atual sobre o papel de tal instituição.

Perrenoud (2000) considera que “competência é a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações etc.) para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações”.

Coloca ainda que parte da dificuldade da aprendizagem se localiza justamente na falta de sentido da aprendizagem, por esta não se relacionar a prática social, sendo as competências justamente responsáveis por promover as situações onde os conhecimentos serão utilizados.

Sua visão é de que função da escola é preparar todos para a vida onde o acúmulo de saberes descontextualizados somente é útil aos que prosseguirão por longos anos de estudo com a possibilidade de aprofundá-los, em detrimento daqueles que não terão as mesmas oportunidades, e coloca:

A questão é tão antiga quanto a escola: para quem são feitos os currículos? Como sempre, os favorecidos desejarão sê-lo ainda mais e dar a seus filhos, destinados aos estudos aprofundados, melhores chances na seleção. Infelizmente, isso será em detrimento daqueles para os quais a escola não desempenha hoje seu papel essencial oferecer ferramentas para dominar a vida e compreender o mundo. (PERRENOUD, 2000).

## 4 O ENSINO DO TURISMO

### 4.1 Panorama do Ensino do Turismo

É na década de 1970 que se inicia a criação de cursos superiores em turismo no Brasil, como afirma Rejowski (1996), em função da possibilidade de crescimento econômico que este apresentava corroborada pelas experiências positivas no setor econômico tanto nacionais como internacionais.

Sobre a motivação para a criação do primeiro curso de turismo do Brasil em 1971 pela Faculdade de Turismo do Morumbi, atual Anhembi Morumbi, segue relato:

(...) fizemos uma pesquisa para verificar o interesse que um curso técnico de turismo despertaria. O resultado foi o de que havia um enorme contingente de interessados, mas todos já haviam terminado o curso colegial. Havia também, a explosão de cursos novos, as mulheres estavam voltando aos bancos universitários, após terem criado os filhos etc. Foi nesse momento que tivemos a idéia de um curso superior de turismo, após perceber que o público tinha interesse nesse nível. (CATUREGLI apud REJOWSKI, 1996, p.62)

Aponta Barretto (2004, p.57) que “os primeiros cursos de turismo eram chamados jocosamente de cursos de espera-marido”, fato este que reflete a imagem que tinham estes.

Acredita Barretto (2004) que é principalmente o cenário político ditatorial nacional que estimula a criação de tais cursos, não somente por sua ideologia desenvolvimentista, mas, sobretudo pela suposta neutralidade ideológica que acreditavam possuir os mesmos.

Segundo aquela, há estímulo em função do regime ditatorial, para a criação de cursos que visassem o desenvolvimento tecnológico do país e que não promovessem uma formação crítica e reflexiva.

O aumento da demanda por um diploma de ensino superior, especialmente dentre a classe média, ainda de acordo com aquela, provoca o crescimento das instituições privadas destinadas a atendê-la. Estas passam a oferecer cursos que em geral não exigem grande estrutura física para funcionar, como o curso de turismo.

Trigo (2002) relata que dentre os anos de 1971 a 1975 são criados cursos superiores em turismo em várias capitais do país como São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Recife.

Com relação ao estudo do Turismo na Europa e Estados Unidos de acordo com Rejowski (1996), estes se deram inicialmente enquanto disciplinas dos cursos de geografia, administração, economia, ou hotelaria, que posteriormente vieram a se transformar em cursos de turismo.

Para Barretto, (2004) tal fato revela o processo de amadurecimento tanto das autoridades quanto da academia com relação as necessidade do mercado e trabalho na área e coloca que “no Canadá, na década de 1980, começa a ser percebida a necessidade de capacitar pessoas para trabalhar na área de turismo e, logo após, evidencia-se a necessidade de também formar o nível gerencial.” (RITCHIE apud BARRETO, 2004, p. 52)

Também em mar Del Plata na Argentina, segundo Ansensio (2008), os estudos do turismo se originaram no final dos anos de 1960 e surgiram das necessidades de profissionais para atuar nos estabelecimentos que já possuía o setor. Os primeiros cursos eram de curta duração, solicitados principalmente pelo setor de hotelaria onde professores eram os proprietários de hotéis, que ensinavam o exercício das funções necessárias a prática do trabalho.

Destaca ainda que com o regime militar instaurado no país nos anos de 1970, os cursos passaram a sofrer influência da ideologia dominante na época que via o turismo principalmente como propulsor do desenvolvimento econômico do país.

Sendo assim, as grades curriculares dos cursos passaram a priorizar a educação técnica em detrimento da educação humanista. E afirma: “El proceso evolutivo de la

formación del licenciado en turismo no es ajeno a los requerimientos del mercado influenciado por la situación política, económica y social.”(ANSENSIO, 2008, p.31)

Evidencia ainda Barretto, (2004) que a criação dos cursos de turismo coincide com a valorização mundial do setor terciário.

Sobre o desenvolvimento dos estudos turísticos nas décadas de 1980 e 1990, aponta (ECA, 1992 apud REJOWSKI, 1996, p.60):

A carência de pesquisas científicas e o reduzido número de pesquisadores, aliados a uma falta de estímulos ao desenvolvimento do conhecimento teórico do fato e do fenômeno do turismo neste País, têm levado a uma improvisada ação no setor, com seus evidentes reflexos e consequências de absoluta ausência de informações concretas que possam sensibilizar o poder público, sobretudo aqueles responsáveis pelo desenvolvimento do turismo. Adicionou-se a isso uma inaceitável indiferença à Universidade e aos trabalhos de pesquisa.”

Na década de 1990 há um aumento dos cursos de turismo/hotelaria no Brasil. De acordo com Rejowski (1996) em 1994 havia 33 cursos superiores de turismo/hotelaria no Brasil, já em 2000, de acordo com Teixeira (2002), existiam 284 cursos dos quais, 225 de turismo e 59 de hotelaria.

Ainda segundo Teixeira (2002) 94% dos cursos de Turismo e Hotelaria são oferecidos em instituições privadas e 6% em instituições públicas. Somente 16% dos cursos analisados eram de Tecnologia.

De acordo com dados do MEC cadastrados no ano de 2008, no Brasil 502 instituições oferecem o curso de Turismo, sendo que desses 10 cursos são à distância, 435 são Bacharelados, 1 curso de Licenciatura, 114 de Tecnologia e 7 Sequenciais.

Teixeira (2002) aponta que 80% da oferta dos cursos se deveu a demanda existente por estes, tal demanda é percebida como a existência, pela Instituição de Ensino, de mercado de trabalho e /ou a existência de potencial turístico regional.

## 4.2 Formação

Tribe, (2008, p.82) define o fenômeno turístico como sendo a divisão “entre o negócio do turismo e os aspectos não empresariais”, e partindo deste princípio classifica em dois tipos as abordagens curriculares nos cursos de turismo feitas pelas Instituições de Ensino Superior.

Á primeira chama de ensino profissionalizante e está voltada a formação para o mercado o mercado de trabalho, sua função é:

preparar [os estudantes] para uma carreira administrativa na indústria de viagens e turismo por meio de educação sólida dos princípios e das práticas da gestão do setor e desenvolver um conjunto de habilidades pessoais e competências gerenciais apropriado a carreiras administrativas na indústria de viagens e turismo. (TRIBE, 2008, p.83)

A segunda está voltada para fins acadêmicos em busca de uma cultura geral, onde as disciplinas escolhidas para a composição do currículo não se voltam para a atuação no mercado de trabalho.

Coloca Teixeira (2002) que “o curso de turismo, sem enfoque gerencial, é visto como uma investigação intelectual mais ampla, na qual o objetivo é a avaliação crítica do turismo, no país e no mundo, através de uma perspectiva multidisciplinar.” (TEIXEIRA, 2002, p.165)

As disciplinas dos cursos de gestão do Turismo no Reino Unido, de acordo com Teixeira (2002), geralmente são administração, recursos humanos, planejamento estratégico, marketing, finanças, logística, etc.; Afirma ainda que a composição dos currículos é definida em 60% dos cursos com base nas necessidades da indústria, em 30% destes considerando as diretrizes nacionais e em alguns baseando-se nas experiências dos docentes.

Collins (2002) afirma que o rol de disciplinas contidas nos cursos superiores de Gestão em Hotelaria e Turismo, tem se repetido no mundo todo, contudo não se sabe ao

certo se tais disciplinas atendem as necessidades da indústria do turismo, mas que, porém, tais cursos pretendem formar pessoas para este fim.

Adverte este que a educação em Gestão de Turismo frequentemente não atenta para as reais necessidades da indústria do turismo, tanto nacionalmente [no caso da Turquia] como internacionalmente.

Afirmam Barretto, Tamanini e Da Silva (2004), que a distância entre a realidade do mercado de trabalho no Turismo e a formação universitária é mundial.

De acordo com a OMT (1995), em nível mundial, em geral, (...) os planos de estudo são inadequados para as exigências do setor (...) esta inadequação dos planos gera certo desânimo entre os estudantes, porque consideram que, ao final dos estudos, não estão preparados para ocupar um posto de trabalho para o qual teoricamente foram preparados. (OMT, 1995 apud BARRETTO, TAMANINI E DA SILVA, 2004, p.41)

De acordo com as autoras, a separação entre universidade, empresa e poder público no Brasil, gera a distância entre o ensino do turismo e as necessidades da indústria, além de impossibilitar o planejamento da atividade no país.

Para Ansarah (2002) é a deficiência na formação prática que gera a distância entre as expectativas do mercado e a graduação. Para esta, tal formação é mais cara comparada à formação teórica, pois necessita de estrutura apropriada para tal nas Instituições, motivo pelo qual seria ainda pouco praticada.

Afirma Collins (2002) que tampouco os governos se voltam para a questão da distância entre formação e as necessidades de mercado apesar de muitas vezes subsidiarem cursos de formação. Propõe então um plano de ação de políticas que contemplem as necessidades da indústria na formação em turismo:

The first step in this development is policy formulation, which identifies priorities on a national, regional, or local scale. Once THM (Tourism and Hotel Management) education policy is developed, it is translated from theory to practice. THM education policy should be developed by harmonization be-

tween national policy and education policy makers and the industry, as a whole. (COLLINS, 2002, p.152)

Collins tem porém a concepção de que a educação em Gestão do Turismo deve ser estritamente voltada para o mercado de trabalho, e coloca: “Education is a business, just like any other industry. We must know our market and if that market wants five white shoes we should be selling five white shoes, not three white, one black, and one red.” (COLLINS, 2002, p.160)

Sobre a educação que somente atende ao mercado de trabalho, coloca Ansarah (2002, p.19): “Frequentemente as necessidades do setor forçam o sistema educativo a direcionar a formação acadêmica para o desenvolvimento de “certas habilidades” a fim de aumentar a produtividade e atender às exigências do mercado globalizado.”

Afirma aquela porém que as Instituições de Ensino devem se dedicar a criação de uma concepção epistemológica no Turismo, não se atendo estritamente a questões mercadológicas e propõe:

Levar informação operacional do mercado para a sala de aula é necessário e importante, mas não se deve permitir que permaneçam como simples informações; o docente deve transcender este estágio refletindo sobre o avanço na perspectiva da ética, da diversidade e da identidade cultural, regional e da democratização dos espaços. (ANSARAH, 2002, p.20)

A visão de Barretto, Tamanini e Da Silva (2004) com relação ao papel do curso Universitário de Turismo parece não levar em consideração as necessidades do mercado de trabalho quando afirmam que cabe aos cursos “preparar pensadores e pesquisadores do fenômeno turístico que terão, sem dúvida, um campo de trabalho muito restrito no planejamento e na gestão de todo o fenômeno.” (BARRETTO, TAMANINI e DA SILVA, 2004, p.47)

Sobre a relação entre formação e mercado de turismo em Portugal apontam Salgado, Costa e Curado (2002 p.128) que a educação em turismo já é assumida como fator decisivo para “o desenvolvimento socioeconômico, integrado e sustentável, a

longo prazo do turismo nacional” já é “um fato assumido por todos os intervenientes do mundo do turismo”.

A inter-relação do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, do ministério da Economia e do Ministério da Educação na formação em turismo no país, demonstra a seriedade do planejamento para o setor no país, de acordo com aqueles.

Para Tribe (2008) a educação em turismo que possibilita a reflexão sobre o fenômeno turístico tem a possibilidade de atuação e transformação deste, minimizando seus possíveis impactos ‘socioculturais’.

Dada à estrutura curricular, que não associa a formação profissional à possibilidade de reflexão crítica do aluno sobre o fenômeno do turismo como um todo, este propõe a formação do profissional filosófico, partindo das concepções de Donald Schön <sup>2</sup>, sobre a formação do profissional reflexivo.

Para este, tais profissionais seriam formados em turismo que além de prestarem serviços eficientes na área compreenderiam a abrangência do fenômeno turístico.

Também Moesch (2002) crê que é a abordagem compartimentada do conhecimento explicitada pelo currículo que promove a impossibilidade de uma formação crítica, já que desta forma, este não promove a compreensão global do fenômeno do turismo inserido no mundo contemporâneo. E afirma que:

O turismo assim construído na cabeça do estudante é ora uma indústria, ora uma atividade econômica do setor de serviços, ora uma empresa que precisa ser administrada (...), ou um campo para consultores em planejamento, que requereria um perfil de empreendedorismo.

---

<sup>2</sup> SCHÖN, D. A. Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Trad. Roberto Cataldo Costa – Porto Alegre: Artes Medicas Sul, 2000.

Tamanha interdisciplinaridade, em geral, não leva a uma compreensão que vá além de um rol de informações. (MOESCH, 2002, p.13)

Ansarah (2002, p.21) afirma que para uma boa formação no turismo, devem-se preparar profissionais que aliem o conhecimento “específico, formação prática e visão holística do setor”. E que para tanto:

O projeto pedagógico deve contemplar e preparar os alunos para compreender a sociedade, fazendo-os refletir os fatos e os dados, condicionando-os a julgar e a intervir quando oportuno, de forma solidária, justa e democrática, utilizando todas as “ferramentas” de comunicação e conteúdos culturais disponíveis. (ANSARAH, 2002, p.27)

### **4.3 Mercado de Trabalho no Turismo.**

Tendo em vista que os cursos de Tecnologia destinam-se a formação de profissionais, que pela apropriação dos conhecimentos científicos e técnicos tanto do processo quanto do produto da tecnologia, possam se inserir no mercado de trabalho trazemos um breve panorama sobre o mercado de trabalho no turismo no Brasil.

Arbache 2001 se intitula o primeiro a publicar uma obra sobre o mercado de trabalho do Turismo no Brasil, afirma o autor que a falta de pesquisas sobre tal assunto é mundial e que tal situação pode se dever ao histórico recente de estudos sobre o turismo.

Para tal estudo utilizou dados da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD – IBGE) das décadas de 80 e 90 a fim de caracterizar o mercado de trabalho no turismo nacionalmente investigando características como estrutura ocupacional, rendimento, escolaridade, sindicalização, composição do mercado por gênero, etnia, natureza dos contratos de trabalho, distribuição geográfica, dentre outros.

Nos ateremos especialmente ao quesito escolaridade que se caracteriza como o mais pertinente para o presente estudo.

Analisa Arbache (2001) que no final dos anos 1990 o setor do turismo revelou aumento na escolaridade de seus trabalhadores de 21% com relação ao ano de 1983, porém, tal aumento foi inferior ao restante dos setores da economia no mesmo período que estava em torno de 35%.

Afirma, porém que “a escolaridade no setor é uma das mais elevadas da economia e que evidências empíricas mostram que o turismo é uma atividade que emprega mão – de – obra relativamente mais qualificada nos países em desenvolvimento”. (SINCLAIR, 1998 apud ARBACHE, 2001, p.38).

Considera que o nível médio de qualificação, de renda e de formalização, no mercado de trabalho no turismo no Brasil, são mais altos que na média da economia nacional e mundial, e que tal fato pode se dever ao que considera de baixo nível de qualificação e de renda do trabalhador mediano brasileiro.

Em análise comparativa do turismo com outros setores da economia demonstra que o aumento médio de cada ano adicional de escolaridade no setor do turismo incide 12% sobre o aumento do salário, enquanto que no restante da economia incide 16%.

Coloca ainda que dentro dos anos analisados no estudo a escolaridade tem menor importância relativa para a determinação dos salários no turismo do que no restante da economia afirmando ainda, que a qualificação da mão de obra via treinamento é mais valorizada dentro do setor.

O estudo de Arbache (2001) revela equivalência à afirmação de Barretto, Tamanini e Da Silva (2004) quando estas indicam que as empresas de turismo, preferem capacitar seus funcionários através de treinamento, ao invés de contratar funcionários com graduação universitária.

Colocam estas que os funcionários desta atividade costumam iniciar na empresa em cargos operacionais e que passam a ascender a cargos administrativos ao longo do tempo, em função da experiência.

Afirmam ainda que o mercado de trabalho na área de turismo exige que os graduados possam exercer funções administrativas e gerenciais, bem como funções operacionais. Porém, para estas últimas, acreditam que não há formação suficiente ou não há disponibilidade dos graduados para exercê-las.

Acrescentam que tal fato pode estar ligado ao passado escravocrata do país, onde o trabalho braçal é considerado indigno, tal situação porém, não é exclusividade do Brasil mas afirmam poder ser identificada em toda a América Latina.

Ainda com relação à formação universitária no setor, em pesquisa feita com estudantes, formados na Universidade de Bilkent na Turquia, e com Administradores da indústria do turismo no mesmo país, Collins (2002), verificou que 65% dos supervisores das empresas analisadas, possuíam formação universitária, 26% possuíam o equivalente ao ensino médio, e 9% possuíam mestrado.

Na Turquia, porém, afirma que somente 5% da força de trabalho no turismo possui formação no ensino superior, “apesar das 53 instituições de ensino superior oferecendo cursos de formação em dois anos e 14 instituições oferecendo Bacharelado de quatro anos”. (COLLINS, 2002, p.153)

Também na Austrália, somente “5% dos colocados na indústria do turismo tem formação universitária” (INDUSTRY COMMINSSION, 1996 apud COLLINS, 2002, p.160) e no Reino Unido cerca de “10% dos administradores da indústria possuem tal formação”. (PURCELL & QUINN, 1996 apud COLLINS, 2002, p.160)

Este supõe que a reduzida quantidade de graduados na indústria do turismo pode se dever ao acelerado crescimento desta sem que houvesse mão de obra qualificada para atender tal demanda. Sendo assim, as empresas tiveram que contratar mão de obra sem qualificação e qualificá-la, sendo agora difícil a inserção dos formados no mercado em função da inexperiência destes.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) elaborou o Sistema de Informações Sobre o Mercado de Trabalho no Setor do Turismo no Brasil, que se baseia nos dados das pesquisas da PNAD e do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), que buscam caracterizar de forma geral como se constitui tal mercado neste setor no Brasil.

Em relação ao quesito escolaridade, a pesquisa - Uma Leitura da Evolução Recente do Mercado de Trabalho do setor turismo no Brasil com Base nos Dados da PNAD e da RAIS relata que ocorreu mudança no perfil educacional dos empregados formais entre os anos de 1995 a 2001.

Houve uma diminuição de cerca de 10 pontos percentuais dos empregados com educação fundamental incompleta ou menor, em todas as atividades que compõem a indústria do turismo e mais especificamente na atividade de alimentação houve diminuição de cerca de 19,6% ao longo dos seis anos. E sobre uma possível mudança de perfil do trabalhador decorrente do aumento da escolaridade no setor, os pesquisadores colocam:

Acredita-se que essa mudança deve ter provocado ganhos significativos de produtividade no setor formal da economia. Os resultados sobre a evolução dos salários reais, entre 1995 e 2001, demonstram que esses ganhos de produtividade não se traduziram em avanços globais na remuneração dos empregados. Tal resultado sugere uma análise mais apurada, capaz de captar a evolução salarial nas diferentes atividades, segundo o nível de instrução. (ÁRIAS et al, 2003, p.33)

Os dados da PNAD apresentam um crescimento anual médio de ocupados no turismo, entre 1995 e 2001, de 3,5% ao ano, superior ao 1,35% constatado para o conjunto das atividades econômicas. Porém, mais de 75% das ocupações no setor, ocorreram no mercado não formal; Os dados da RAIS revelam ainda, que o crescimento anual médio dos empregos formais fica abaixo de 0,5%.

Sobre a geração de emprego e renda no turismo, a pesquisa conclui que:

(...) é possível afirmar que, diante da expectativa do governo de geração de mais e melhores empregos no turismo, a evolução observada neste estudo pode ser considerada decepcionante, tanto em termos de ritmo de crescimento quanto da qualidade dessa ocupação. Isso porque, não obstante a melhora do perfil educacional dos empregados formais no turismo, as ocupações criadas ocorreram, principalmente, fora das atividades mais estreitamente vinculadas ao turismo, se deram dentro do segmento não formal e foram acompanhadas de uma deterioração dos rendimentos mais forte do que a verificada no setor serviços. (ÁRIAS et al, 2003, p. 37 – 38)

Outro estudo do IPEA dentre os anos de 2002 a 2006, destaca que o emprego formal no turismo no período teve um crescimento de 3,5% ao ano enquanto que a média de crescimento de empregos formais para o período nacional foi de 5,4% ao ano de acordo com dados da RAIS, sendo assim constata-se que o crescimento do setor ficou aquém do crescimento nacional.

O documento citado considera que possuem empregos formais “os trabalhadores com vínculos formais de trabalho, na condição de celetistas, estatutários ou militares das modalidades restantes.” (ÁRIAS et al, 2008, p.28)

A Tabela 1 demonstra a variação do número de empregados formais nos anos de 2002 e 2006 dentre dos níveis de escolaridade para as atividades que compõem o turismo.

As colunas representam, em todas as tabelas ,respectivamente os níveis de escolaridade, os anos analisados, e as atividades que compõem o turismo que são:

1 – Alojamento, 2 - Alimentação, 3 – Transporte, 4 - Auxiliar Transporte, 5 - Agências Turismo, 6 - Aluguel Transporte, 7 - Cultura e Lazer, 8 –Total

Os números representam a variação do número de empregados dentro de cada atividade que compõem o turismo respectivamente ao ano analisado.

Tabela 1: Escolaridade no Regime Formal.

Escolaridade	Anos	1	2	3	4	5	6	7	8
até 4a série	2002	28.798	16.955	78.939	1.932	1.094	1.012	2.973	131.704
	2006	21.979	15.186	50.322	1.946	984	474	2.372	93.263
5a-8a série	2002	65.476	54.950	147.717	8.184	5.280	2.067	6.177	289.851
	2006	69.137	61.786	138.629	9.447	4.675	2.245	5.485	291.404
Ensino Médio Incomp. ou superior	2002	54.137	39.718	116.317	16.089	22.576	3.681	9.718	262.235
	2006	86.829	75.606	156.715	27.748	33.418	6.424	12.002	398.744

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados do IPEA.

A Tabela 2 demonstra a variação da remuneração expressa em salários mínimos dos empregados formais nos anos de 2002 e 2006 dentre dos níveis de escolaridade para as atividades que compõem o turismo.

Tabela 2: Remuneração no Regime Formal.

Remunr. /Educação	Anos	1	2	3	4	5	6	7	8
até 4a série	2002	2,0	1,8	3,6	3,3	2,4	2,8	2,2	3,0
	2006	1,6	1,4	2,6	2,6	2,0	2,0	1,8	2,1
5a-8a série	2002	2,1	1,7	3,5	3,5	2,5	2,6	2,4	2,8
	2006	1,6	1,5	2,6	2,5	2,1	2,2	2,0	2,1
Ensi .Méd. Incomp. ou superior	2002	3,2	2,1	5,9	6,0	3,7	3,8	3,3	4,5
	2006	2,2	1,6	3,9	4,7	3,0	3,9	2,7	3,0

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados do IPEA.

De acordo com os dados das Tabelas acima verifica-se que houve aumento da escolaridade dos trabalhadores em todos os setores que compõem a atividade turística no regime formal de trabalho para o período de 2002 e 2006.

Aumento mais expressivo se situa nos trabalhadores com ensino médio incompleto ou superior que passou de 262,2 mil em 2002 para 398,7 mil em 2006, revelando um crescimento de 136,5 mil novos postos de trabalho, superando assim os 100 mil empregos formais gerados nesse período, nos outros setores da economia.

O documento reafirma porém que o aumento da escolaridade no setor não refletiu em aumento da remuneração e coloca:

Esses resultados configuram uma mudança qualitativa importante da mão-de-obra do setor, principalmente porque ocorre num curto espaço de tempo. No entanto, essa transformação, que supostamente acarretaria melhoras na produtividade dos ocupados, não impactou com a mesma intensidade os salários médios desses trabalhadores formais. (ÁRIAS et al, 2008, p.22)

Por outro lado, verifica-se a diminuição de postos de trabalhos que exigem até 4ª série completa, havendo diminuição de 38,4 mil empregos.

Dentre os trabalhadores cujo rendimento sofreu maior declínio, situa-se justamente os com ensino médio incompleto ou superior que revela uma queda de 4,5 salários mínimos para 3,0 salários mínimos para o período.

O documento considera, contudo, que o aumento da escolaridade gera melhoras na qualidade da mão-de-obra.

Com relação à ocupação informal, os dados do IPEA mostram que no total estas teriam passado de 842,9 mil postos de trabalho em 2002 para 921,8 mil, em 2006, gerando assim, um aumento de 78,8 mil novas ocupações. Sobre o trabalho informal na área consideram:

Para a caracterização do trabalho informal do turismo, (...) as ocupações informais englobariam todos os trabalhos primários e secundários exercidos na condição de conta própria, empregador, ocupado sem remuneração,

doméstico e outros, desconsiderando os trabalhos desempenhados por celetistas, estatutários e militares.” (ÁRIAS et al, 2008, p.28)

O estudo revela ainda, que o total de ocupações informais do turismo supera o total dos empregos formais do setor em ambos os anos, porém a evolução do trabalho informal no período foi menor que a do formal.

A Tabela 3 demonstra a variação do número de empregados informais nos anos de 2002 e 2006 dentre dos níveis de escolaridade para as atividades que compõem o turismo.

*Tabela 3: Escolaridade no Regime Informal.*

<b>Educação</b>	<b>Anos</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>
<b>até 4a série</b>	<b>2002</b>	18.250	111.879	93.812	8.107	6.128	315	14.532	253.023
	<b>2006</b>	15.338	109.558	74.405	10.919	12.238	101	12.924	235.483
<b>Outras séries</b>	<b>2002</b>	31.367	185.777	289.697	17.098	30.818	2.258	32.826	589.841
	<b>2006</b>	52.528	232.225	295.805	22.925	43.715	4.126	34.960	686.284

*Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados do IPEA.*

A Tabela 4 demonstra a variação da remuneração expressa em salários mínimos dos empregados informais nos anos de 2002 e 2006 dentre dos níveis de escolaridade para as atividades que compõem o turismo.

Tabela 4: Remuneração no Regime Informal.

Médias	Anos	1	2	3	4	5	6	7	8
Anos Educ.	2002	7,5	6,5	7,0	5,7	10,8	9,6	9,0	7,1
	2006	8,5	6,9	7,4	5,7	11,6	12,9	9,5	7,6
Rendim.trab (s.m)	2002	4,1	2,4	3,6	2,5	5,3	9,1	2,9	3,2
	2006	3,6	2,0	2,6	1,6	4,9	14,6	2,4	2,6

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados do IPEA.

A tabela 3 mostra que a ocupação informal do turismo aumentou em 79 mil postos de trabalho no período, porém, o total dos ocupados com até 4ª série diminuiu em 17,5 mil passando de 30,0% para 25,5% a porcentagem de trabalhadores com tal escolaridade, com exceção da atividade de Agências de Turismo.

O estudo considera que também no segmento informal há uma grande diminuição dos postos de trabalho que exigem menor nível educacional, e pondera que tal situação possa se dever a considerada melhora qualitativa da mão-de-obra do turismo que estaria associada ao aumento da escolaridade no setor. .

O número médio de anos de escolaridade dos trabalhadores informais para o conjunto das atividades que compõem o turismo passou de 7,1 anos para 7,6 anos no quadriênio.

Com relação aos rendimentos médios das ocupações informais do turismo as médias são de 3, 2 em 2002, para 2,6 salários mínimos em 2006. Porém, como o estudo considera o poder de compra, para o período, o valor real médio correspondente a 2006 seria de 3,6 salários mínimos, representando um acréscimo de 10,9% nesse período de quatro anos.

Assim, os rendimentos dos trabalhadores informais do turismo, no período, permitiram que o seu rendimento médio, que era menor que o dos trabalhadores formais, em 2002, o superasse ligeiramente, em 2006.

Os resultados refletem que o aumento da escolaridade dos trabalhadores informais do turismo provocou aumento, nos rendimentos médios do trabalho, em curto espaço de tempo.

#### **4.4 Os Cursos de Tecnologia em Gestão de Turismo**

Para Fleury (1990, p.24) “a tecnologia é um pacote de informações organizadas, de diferentes tipos (científicas, empíricas...), provenientes de várias fontes (descobertas científicas, patentes, livros, manuais, desenhos...), obtidas através de diferentes métodos (pesquisa, desenvolvimento, cópia, espionagem...), utilizado na produção de bens e serviços”.

Gonçalves (1994) acrescenta que a tecnologia seria a integração entre o conhecimento, o sistema social e as expectativas com o sistema técnico.

Hunt (1994) divide as tecnologias em sociais e materiais: A primeira estaria relacionada a modelos e técnicas organizacionais e gerenciais. E a segunda relacionadas a produção e conversão de equipamentos e ferramentas utilizados na realização do trabalho.

O Ministério da Educação (2006, p.142) define o curso Superior de Tecnologia como uma “graduação, que abrange métodos e teorias orientadas a investigações, avaliações e aperfeiçoamentos tecnológicos com foco nas aplicações dos conhecimentos a processos, produtos e serviços.”

Tais cursos, ainda de acordo com aquele, deverão visar o desenvolvimento de competências profissionais, que tenham fundamento na ciência, na tecnologia, na cultura e na ética, formando um profissional com desempenho responsável, consciente, criativo e crítico

O parecer CNE/CES Nº 277/2006 propõe a reorganização dos Cursos Superiores de Tecnologia por Eixos Tecnológicos que substitui a Tipologia Áreas Profissionais, uti-

lizada até então, sendo que a adesão das Instituições de Ensino Superior a tais nomenclaturas, é facultativa.

Em função de tal reorganização foi publicado pelo Ministério da Educação em dezembro de 2006 o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, que apresenta diretrizes para a regulamentação dos cursos de Tecnologia enquadrados nos eixos Tecnológicos.

O curso de Tecnologia em Gestão de Turismo está inserido no Eixo Tecnológico Hospitalidade e Lazer e deverá ter carga horária mínima de 1.600 horas. O descritivo do curso define:

O Tecnólogo em Gestão de Turismo atua no planejamento e desenvolvimento da atividade turística nos segmentos público e privado. Desenvolve ações no âmbito do planejamento turístico, agenciamento de viagens (emissivas, receptivas e operadores de turismo), transportadoras turísticas e consultorias voltadas para o gerenciamento das políticas públicas e para a comercialização e promoção dos serviços relativos à atividade. A identificação dos potenciais turísticos do receptivo, considerando a diversidade cultural e os aspectos socioambientais para o desenvolvimento local e regional constitui-se em atividade relevante desse profissional. (MEC, 2006, p.112)

Os tecnólogos são os graduados nos Cursos Superiores de Tecnologia cuja formação se volta para a produção, bem como para a gestão de processos de produção de bens e serviços.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), realizou o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), dos cursos de Tecnologia em Gestão de Turismo em 2009, onde a definição do perfil do profissional adotada foi:

Art. 5o (...) Uma formação eclética, amalgamada por sólidos conhecimentos teórico-práticos nas áreas de gestão, planejamento, agenciamento, transporte e marketing, alicerçada numa base humanística e uma visão global que possibilite compreender o meio social em seus aspectos político,

econômico, cultural e ambiental, capacitando-o a atuar de forma polivalente, contextualizada e competente.(PORTARIA No- 142, DE 24 DE JUNHO DE 2009)

O Inep, publicou ainda uma sinopse preliminar do último Senso da Educação Superior (2008) onde constam os cursos de Tecnologia em Gestão de Turismo, tal estudo porém, ainda não está completo já que somente demonstra as Instituições Públicas que oferecem tal curso.

Em função disso utilizaremos dados do MEC obtidos através do sistema E-MEC onde constam os cursos superiores autorizados por este no Estado de São Paulo. Os dados utilizados baseiam-se no ano de 2008, ano do cadastro dos cursos no sistema.

## 5 ANÁLISE DE DADOS

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Turismo (Bacharelado) serão utilizadas como parâmetro para a análise das Grades curriculares, já que, os cursos de Tecnologia em Gestão do Turismo ainda não possuem Diretrizes Curriculares Nacionais próprias.

Tais Diretrizes propõem a divisão curricular em seu Art. 50 (p.3) em três eixos:

Art. 5º Os cursos de graduação em Turismo deverão contemplar, em seu Projeto Pedagógico e em sua organização curricular, os seguintes campos interligados de formação:

I - Conteúdos Básicos: estudos relacionados com os aspectos sociológicos, antropológicos, históricos, filosóficos, geográficos, culturais e artísticos, que conformam as sociedades e suas diferentes culturas;

II - Conteúdos Específicos: estudos relacionados com a Teoria Geral do Turismo, Teoria da Informação e da Comunicação, estabelecendo ainda as relações do turismo com a administração, o direito, a economia, a estatística e a contabilidade, além do domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira;

III - Conteúdos Teórico-Práticos: estudos localizados nos respectivos espaços de fluxo turístico, compreendendo visitas técnicas, inventário turístico, laboratórios de aprendizagem e de estágios.

Os Conteúdos de classificação 'outros' agrupam os conteúdos optativos bem como as Atividades Extras e Complementares que não revelam seu conteúdo específico.

Além desses, será utilizada uma subclassificação dos Conteúdos Específicos afim de melhor contemplar todos os conteúdos dos cursos analisados.

Tal subclassificação contemplará:

- Conteúdos de formação Gerencial: Compreendem os conteúdos voltados para o estudo e aplicação da Gestão e Administração. Dentre os conteúdos presentes neste item se incluem as de Planejamento, Empreendedorismo,

Marketing, Administração, Administração Financeira, Contabilidade, Gestão de Pessoas, Comunicação Empresarial, Qualidade, dentre outras.

- Conteúdos Segmentares: Que possibilitam compreender as atividades que compõem a indústria do turismo como Agenciamento, Alimentos e Bebidas, Hotelaria, Transportes, Eventos, Lazer dentre outros.
- Conteúdos Básicos de Turismo: Voltados para a compreensão do fenômeno turístico bem como para as inter-relações de suas áreas e que são exclusivas do curso de turismo como Fundamentos do Turismo, Teoria Geral do Turismo, Introdução ao Turismo, Análise Sistêmica do Turismo, dentre outros.
- Conteúdos de Idiomas e Comunicação: Que visam o estudo de línguas bem como da comunicação como Inglês, Espanhol, Comunicação aplicada etc.

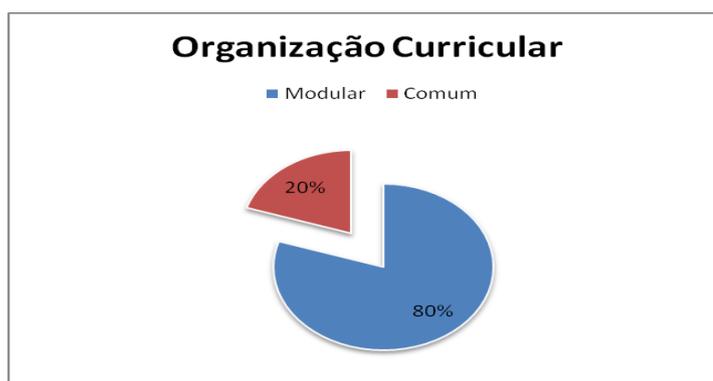
Serão ainda analisadas as certificações intermediárias emitidas pelas Instituições, os perfis profissionais a serem formados, a carga horária, duração, o tipo de instituição de Ensino a ocorrência da organização curricular por módulos e a utilização do conceito de competências.

A nomenclatura 'conteúdos' é utilizada no intuito de abarcar diversas disciplinas e/ou módulos que possuem objetivos similares entre si, considerando a diversidade de Grades Curriculares analisadas.

Os números decorrentes da análise de dados apresentada a seguir representam o percentual de disciplinas no total de todos os cursos sendo que todas as disciplinas foram contabilizadas uma vez. Buscamos com tal cálculo verificar, dentre outros, a relação entre o total de conteúdos dos cursos.

A seguir a análise dos dados dentro das divisões já mencionadas:

Gráfico 1: Organização Curricular



O Gráfico acima demonstra maior frequência da organização curricular por módulos ou 80% dos currículos se equivalendo a 12 cursos sendo, que 20% ou 3 cursos são organizados em disciplinas. A organização modular segue a divisão semestral dos anos letivos, dentro os 12 cursos modulares 7 oferecem certificação intermediária.

Tabela 5: Carga Horária

Instituição	Horas	Duração	Estágio/h	Total
DRUMMOND	1600	4		1600
UNICID	1600	4		1600
IFSP	1966,50	5	360	2.326,50
METODISTA	1920	4		1920
FMU	1760	4		1760
UCB	1600	4	100	1700
HOTEC	1880	4		1880
FUNDETEC	1600	4		1600
MÓDULO	1640	4		1640
UNIMONTE	1920	4		1920

FIRP	1600	4		1600
FIVR	1600	4	100	1700
ITES	1600	4		1600
UNAERP	1600	4		1600
USF	1632	5		1632

A Tabela acima demonstra a carga horária dos cursos que varia de 1600h a 2326,50 horas totais, bem como as respectivas durações dos cursos em semestres e as horas de estágio para os cursos que as indicaram.

É notado que 13 cursos possuem duração de 4 semestres e dentre estes 6 cursos possuem carga horária total de 1600h. Os dois cursos de 5 semestres possuem carga horária total de 2.326,50h, a maior dentre todos, e respectivamente 1632h.

Os outros cursos possuem carga horária total entre 1700h e 1920h.

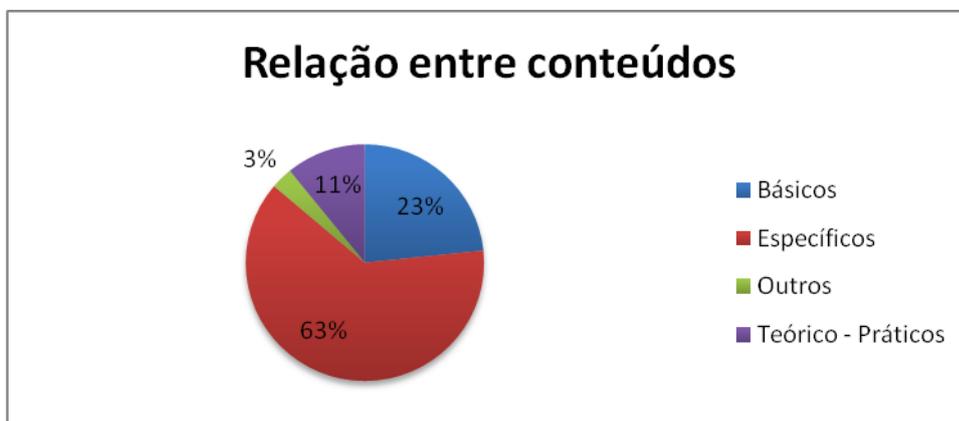
Gráfico 3: Tipologia das Instituições



O Gráfico 3, visa analisar a tipologia das instituições de Ensino que ministram os cursos, dentre elas podemos observar que há predominância no número de Facul-

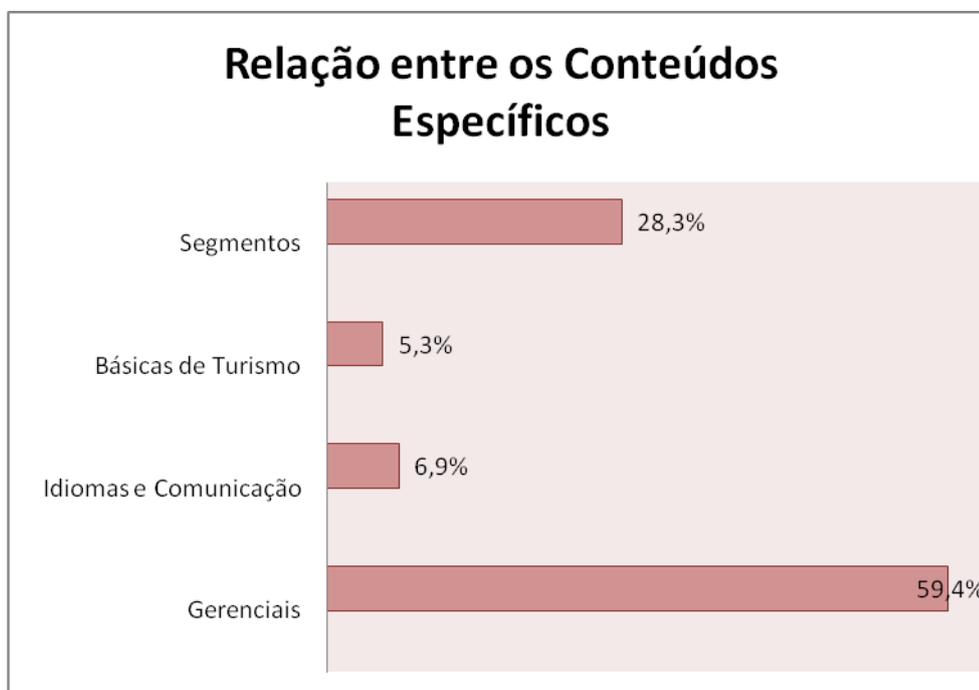
dades (5) e de Universidades (5), são seguidas pelos Centros Universitários (3) e Institutos (2).

Gráfico 4: Relação entre Conteúdos



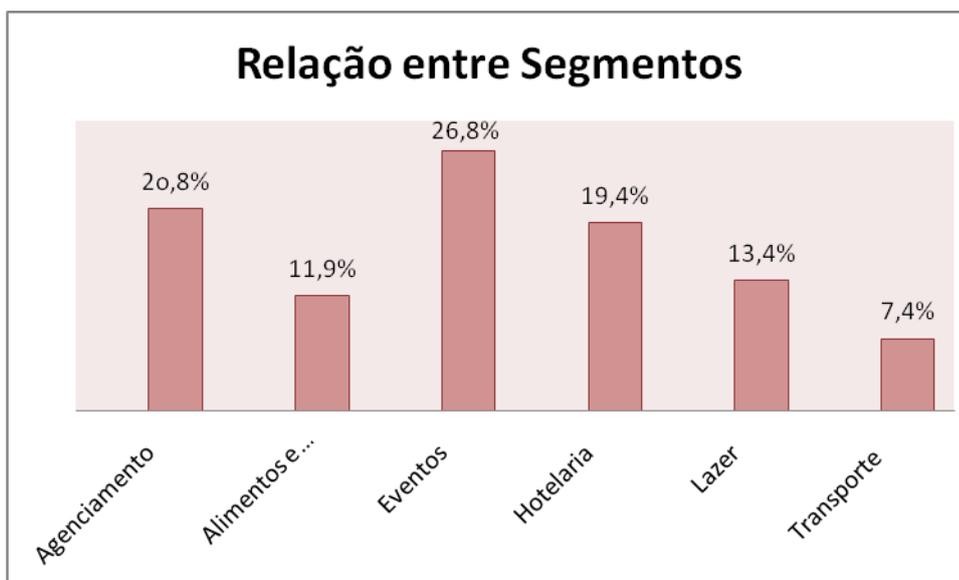
O Gráfico acima expõe a relação entre os conteúdos Básicos, Específicos, Teórico – Práticos e Outros. Verifica-se que há predominância dos Conteúdos Específicos (63%), seguido dos Conteúdos Básicos (23%), Teórico Práticos (11%) e Outros (3%).

Gráfico 5 – Relação entre Conteúdos Específicos.



O Gráfico acima revela a relação entre as subclassificações dos Conteúdos Específicos sendo que os conteúdos Gerenciais revelam predominância de (59,4%) do total, seguidos dos conteúdos relacionados aos segmentos do turismo com (28,3%).

Gráfico 6: Relação entre Segmentos.



O Gráfico 6 demonstra a relação entre os segmentos do turismo dentro das grades curriculares, sendo que os conteúdos de eventos revelam predominância com (26,8%) do total, seguido pelos de agenciamento com (20,8%), Hotelaria (19,4%), Lazer (13,4%), Alimentos e Bebidas (11,9%) e Transporte (7,4%).

### 5.1.1 Localização e Perfis Profissionais

Na verificação da localização dos cursos presenciais dentro do Estado de São Paulo pudemos verificar que: sete cursos estão na capital, um está na cidade de Santos, um na cidade de Caraguatatuba, um na cidade de Registro, um na cidade de Bragança Paulista, um na cidade de Ribeirão Pires, um na cidade de Taubaté, uma na cidade de Ribeirão Preto e um na cidade de São Carlos (sendo que este não foi ana-

lisado por não disponibilizar sua grade curricular. Dentre os cursos com ensino à distância (EAD) verificamos que duas instituições os oferece em diversos pólos espalhados pelo Estado, sendo que, uma delas possui a mesma grade curricular para o curso EAD e para o curso presencial.

Em análise dos sítios das Instituições cujos cursos foram analisados, verificamos que os perfis profissionais que pretendem formar concentram-se em sua maioria na gestão e operacionalização de produtos e serviços turísticos.

Somente 3 instituições citaram a gestão e planejamento na área pública como uns dos objetivos de formação do curso. Uma instituição revelou foco na formação em Gestão ambiental, docência e pesquisa.

Outra instituição cita o desenvolvimento econômico sustentável como foco de sua proposta de formação profissional.

### **5.1.2 Módulos e Competências**

Somente duas instituições se propõem a explicar em seus sítios o motivo da organização dos cursos por módulos, para ambas o módulo demonstra vantagem pela flexibilidade com relação à grade curricular comum. Dessas, uma instituição cita que há um módulo que é compartilhado com alunos de outro curso, e outra citam que com o sistema modular é possível admitir outros alunos no curso.

Com relação ao ensino por competências várias instituições citam tal metodologia, sem contudo deixar claro o conceito e a finalidade da utilização desta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação aos conteúdos curriculares analisados verificamos que a organização curricular mais utilizada é modular totalizando 80% dos cursos analisados, contudo, as motivações que levaram as instituições a tal preferência, de acordo com nossa análise, foram vagamente explicadas em seus sítios, quando o foram. A flexibilidade é citada como motivação para a utilização de tal organização, por somente duas instituições.

O conceito de desenvolvimento de competências também não é explicado pelas instituições apesar de estas citarem tal metodologia.

As certificações intermediárias são apresentadas pelas instituições em geral como facilitadoras da inserção do formado no mercado de trabalho. Não foi por nós contudo constatada a real relevância de tais certificações dentro do mercado, com exceção da certificação de Guia Turístico que é obrigatória a prática de tal profissão.

Consideramos que a possível utilização das certificações intermediárias, da metodologia de desenvolvimento de competências e da utilização da grade curricular por módulos em outros cursos corroborados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Tecnologia, fizeram com que também os cursos de turismo tomassem tal discurso para si possivelmente no intuito de tornar os cursos atrativos para os futuros ingressantes.

Tais considerações se baseiam no fato de que a análise destes elementos não refletiu sua motivação, necessidade ou vantagem de utilização já que tais terminologias são utilizadas sem que haja conceituação sobre estas.

O perfil profissional a ser formado nas instituições, parece estar em consonância ao menos na teoria, com o que diz o Catálogo Nacional para os Cursos de Tecnologia, pois em sua maioria buscam formar profissionais voltados para Gestão bem como para a Operação de produtos e serviços turístico, muito embora a análise dos conteúdos revelem inclinação dos cursos para a formação gerencial.

Verificamos que com relação ao estágio somente 3 instituições, indicaram a obrigatoriedade deste no curso. Tal fato pode demonstrar como afirma Ansarah (2002) que pode haver insuficiência na formação prática para tais cursos considerando ainda que somente 11% dos conteúdos são classificados como teórico-práticos.

A predominância de cursos com duração de 4 semestres (13 cursos), demonstra a opção pela formação curta, o que pode indicar uma preocupação das instituições de atender as demandas de formação rápida, tanto dos alunos quanto do mercado de trabalho.

Dentre os 11% dos conteúdos teórico – práticos se incluem as atividades de pesquisa como os Trabalhos de Conclusão de Curso e a baixa relação de tais conteúdos juntamente com o fato de estes serem opcionais pode indicar que também tais atividades são escassas em tais cursos.

Tal fato pode explicar a dificuldade por nós encontrada para a composição bibliográfica especificamente sobre o tema Tecnologia em Gestão de Turismo. Há que se considerar contudo que em função da natureza do curso, ou seja, deste ser voltado para a Gestão, muitos dos Trabalhos de Conclusão são executados como Plano de Negócios.

Da relação entre conteúdos verifica-se que os Conteúdos Específicos ocupam 63% do total, e dentre esses 59,4% são Gerenciais o que indica que a ênfase das instituições é formação voltada para a Gestão.

Tal fato pode estar ligado à opção pelo aproveitamento de professores de outros cursos no curso de turismo, já que grande parte das Instituições analisadas possuía também cursos relacionados à Administração de Empresas e professores que não eram exclusivos dos cursos de turismo.

Como do total de conteúdos somente 23% são de conteúdos Básicos, consideramos que se faz necessária uma investigação aprofundada a fim de verificar se tais conteúdos são suficientes para que os formandos compreendam as inter-relações do fe-

nômeno turístico bem como da sociedade em que este se insere, a fim de que possuam uma visão global e contemporânea desta atividade.

Da relação de conteúdos entre Segmentos do Turismo vemos que o segmento de Eventos (26,8%), Agenciamento (20,8%) e Hotelaria (19,4%), se sobressaem perante os outros, isto pode se dever a vocação do Estado de São Paulo, e Especialmente da Capital para o Turismo de Negócios.

Com relação aos aspectos econômicos que influenciam o mercado de trabalho no setor do Turismo, verificamos que os estudos analisados do IPEA indicaram que dentro dos períodos analisados houve diminuição da mão – de – obra formal com escolaridade até a 4<sup>o</sup>(quarta) série, e aumento da mão – de – obra com escolaridade com ensino médio incompleto ou superior.

Com relação à remuneração no setor, verifica-se que na maioria das atividades que compõem o turismo, especialmente no segmento formal, houve diminuição na remuneração dos trabalhadores ao longo do tempo apesar do aumento da escolaridade destes.

Este panorama nos leva a pensar que o que pode ter ocorrido na indústria do turismo no período estudado pelo IPEA, é que a demanda com maior escolaridade passou a ocupar os postos de trabalho que anteriormente ocupava a demanda com escolaridade até a 4<sup>a</sup> série.

Justamente um possível excedente de trabalhadores com maior escolaridade pode ter provocado uma diminuição das remunerações ao longo do período, baseamos tal pensamento na relação oferta X demanda, de mercado.

Sendo assim, quanto maior a quantidade de pessoas com maior escolaridade e possível melhor qualificação profissional que buscam vagas no mercado de trabalho do turismo, mais exigentes e criteriosos com relação à escolaridade podem ser os empregadores, já que há demanda que os atenda, mesmo com as remunerações inferiores ao que eles praticavam anteriormente.

Ponderamos contudo, que tais suposições se baseiam em nossa própria construção do que poderia ter acontecido no setor do turismo no período pois os dados analisados não nos dão subsídio suficiente para afirmar que tenham sido estas as verdadeiras relações de causa e efeito ocorridas no período analisado.

De forma geral, uma análise dos conteúdos dos sítios das Instituições analisadas, sugere que o sucesso profissional perpassa o curso Universitário e que este é garantia daquele.

Tal visão contudo é questionada à medida que analisamos os estudos do IPEA que indicam a diminuição dos rendimentos na área ao longo do tempo.

Acreditamos que o estudo de Arbache (2001), pode estar certo quando afirma que no setor do turismo, o quesito mais relevante para a evolução da remuneração é a experiência, profissional e não a escolaridade. As afirmações de Barretto, Tamanini e Da Silva (2004), também corroboram tal visão quando afirmam que no turismo mesmo os graduados iniciam em funções operacionais e ascendem a funções administrativas ao longo do tempo.

Collins (2002) revela que também na Turquia a experiência conta mais do que a formação escolar e que os números dos graduados em posições administrativas tanto na Turquia quanto na Austrália ou no Reino Unido é inferior ao número de formados na área.

Tais estudos nos levam a crer que as necessidades do setor do turismo mundialmente são de um grande contingente de profissionais formados para oferecer serviços operacionais e um número reduzido de profissionais formados para oferecer serviços gerenciais.

Nos questionamos ainda se do ponto de vista da formação, seriam os cursos universitários como os de Tecnologia em Gestão do Turismo a melhor saída para atender as demandas de trabalhadores operacionais do mercado de turismo?

Não encontramos porém, definições claras sobre a formação necessária para a atuação profissional dentro das profissões que se relacionam direta ou indiretamente com o turismo. Isto nos leva a pensar que pode haver uma não orientação sobre as reais necessidades deste mercado, ao menos no Brasil, em termos de formação profissional.

Em relação ao descompasso entre as necessidades expressas pelo mercado de Turismo e a formação Universitária afirma Barretto, Tamanini e Da Silva (2004, p. 44): “(...) parece que estamos diante de uma questão circular e paradoxal em que se tenta procurar um lugar na sociedade para egressos de um curso que a sociedade nunca demandou”.

Tais questões que surgiram ao longo do desenvolvimento desta pesquisa não foram sanadas, por não termos encontrado claras posições sobre a função do Ensino Superior Tecnológico no Turismo em contraposição a outros níveis de ensino como o técnico o profissionalizante e inclusive ao Bacharelado .

Temos consciência ainda, de que a educação, se vista pelas Instituições que a oferecem somente como um negócio, nem sempre se destina ao atendimento das necessidades sociais ou econômicas, porém cremos que é dever do Estado garantir que esta atenda a tais necessidades, para que não se perpetue um ciclo de exclusão e de falsas possibilidades com relação as capacidade de empregabilidade que decorre desta.

Cremos portanto que é dever do Estado tomar medidas que possibilitem a estruturação dos perfis profissionais da área garantindo qualidade na formação, ou seja, proporcionando uma formação que atenda aos anseios sociais ,bem como mercadológicos.

Para tanto, é necessário que haja dentro das estruturas hierárquicas que compõem as diversas profissões da área do turismo uma descrição sobre qual a formação necessária para a atuação profissional. Além disso, o incentivo bem como a fiscalização Governamental à formação profissional, juntamente com a clareza da importân-

cia da formação na área, possibilitariam o dimensionamento das necessidades profissionais para o setor.

Com relação ao desenvolvimento e a estruturação do currículo por meio de competências, não pudemos nos localizar contrários ou favoráveis a tal prática, talvez pela superficialidade com que o tema pode ser por nós tratado, ou pelos estudos e utilização prática destes que são recentes não sendo possível assim, observar quais os frutos e eventuais problemas de tal prática pedagógica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSARAH, M. G. R. **Formação e capacitação profissional em turismo e hotelaria**. Reflexões e cadastro das instituições educacionais do Brasil. São Paulo: Editora Aleph, 2002.

ANSENSIO, M. M. El rol del licenciado em turismo em Argentina. Curitiba: Turismo & Sociedade, v.1, n.1, p. 28 – 42, abril 2008.

AIREY, D; TRIBE, J. **Educação internacional em turismo**. São Paulo: Editora Senac, 2008.

ARBACHE, J. S. **O mercado de trabalho na atividade econômica do turismo no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

ÁRIAS, A. R; BARBOSA, M. A. C; ZAMBONI, R. A. **Uma leitura da evolução recente do mercado de trabalho no setor do turismo no Brasil com base nos dados da PNAD e da RAIS**. Sistema de informações sobre o mercado de trabalho no setor turismo no Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, novembro/2003. Disponível em: < [http://www.ipea.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD\\_CHAVE=261](http://www.ipea.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=261)> Acesso em 26 de mai. 2010.

ÁRIAS, A. R; ZAMBONI, R.A; COELHO, M. H. P. **Caracterização da ocupação formal no turismo, com base nos Dados da Rais de 2002 a 2006, e da ocupação informal no turismo, com base nos Dados da PNAD de 2002 e 2006**. Sistema de informações sobre o mercado de trabalho no setor turismo no Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, setembro/2008. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD\\_CHAVE=261](http://www.ipea.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=261)> Acesso em 26 de mai. 2010.

BARRETTO, M; TAMANINI, E; DA SILVA, M. **Discutindo o ensino universitário de turismo**. Campinas, SP: Papyrus, 2004. Coleção Turismo.

BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas/SP: Papyrus, 2003.

BRASÍLIA. **Proposta em Discussão – Políticas Públicas para a educação profissional e tecnológica**. 2004. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12503&Itemid=841](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12503&Itemid=841)> Acesso em 29 de jun.2010.

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: Senac, 2003.

BENCINE, R.; GENTILE, P. **Construindo Competências: Entrevista com Philip Perrenoud**, Universidade de Genebra. In Nova Escola. Setembro de 2000, p. 19-31. Disponível em: <[http://www.unige.ch/fapse/SSE/teachers/perrenoud/php\\_main/php\\_2000\\_31.html](http://www.unige.ch/fapse/SSE/teachers/perrenoud/php_main/php_2000_31.html)> Acesso em: 22 mai. 2010

BERGER FILHO, R. L. **Educação Profissional no Brasil: novos rumos**. Revista Ibero Americana de Educação. Número 20. Maio-Agosto 1999. Disponível em: <<http://www.rieoei.org/rie20a03.htm>> Acesso em 10 de jul.2010.

**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO** – Seção 1 Portaria nº 142, de 24 de junho de 2009 sobre o Exame nacional de desempenho dos Estudantes (Enade).

CHISTOPHE, M. **A Legislação Sobre a Educação Tecnológica, no quadro da Educação Profissional Brasileira**. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, 2005. Disponível em: <[http://www.iets.org.br/biblioteca/A\\_legislacao\\_sobre\\_a\\_educacao\\_tecnologica.pdf](http://www.iets.org.br/biblioteca/A_legislacao_sobre_a_educacao_tecnologica.pdf)> Acesso em 29 de jun. 2010.

COSTA, T. A. **A noção de competência enquanto princípio de organização curricular**. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n29/n29a05.pdf>> Acesso em 10 de jul.2010.

COLLINS, A.B. Are we teaching what we should? Dilemmas and problems in tourism and hotel management education. *Tourism Analysis*, 2002. Vol 7 pp. 151-163.

COOPER, C; SHEPHERD, R. WESTLAKE, J. **Educando os educadores em turismo: Manual de educação em turismo e Hospitalidade**. São Paulo: Roca, 2001.

COSTA, C. M. M; CURADO, H; SALGADO, M. A formação no setor do turismo: o caso de Portugal. In: SHINUGOV NETO, A; MACIEL, L. S.B(orgs). **Currículo e formação profissional nos cursos de turismo**. Campinas, SP: Papirus, 2002.

DE MASI, D. **A economia do ócio**. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

DIAS, R. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

FÁVERO, I. ANTUNES, J. SPERLING, U. **Uma análise comparativa do ensino em turismo: bacharelado versus tecnológico**. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Trabalho apresentado ao GT 6 -IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM– 27 a 28 de agosto de 2007. Disponível em < [http://www.anptur.org.br/seminario2007/data/pdf/6.57%20favelo\\_antunes\\_sperling.pdf](http://www.anptur.org.br/seminario2007/data/pdf/6.57%20favelo_antunes_sperling.pdf)> Acesso em 29 de jun.2010.

FLEURY, A. **Capacitação tecnológica e processo de trabalho**. Revista de Administração de Empresas, p 23-30, São Paulo, FGV, out/dez 90. Disponível em: <<http://www16.fgv.br/rae/artigos/823.pdf>>. Acesso em 16 de jul. 2010.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, 2006.

GONÇALVES, J. E. L. **Os impactos das novas tecnologias nas empresas prestadoras de serviços**. Revista de Administração de Empresas, p. 63 - 81, São Paulo, FGV, jan/fev 1994. Disponível em: < <http://www16.fgv.br/rae/artigos/702.pdf> >. Acesso em 16 de jul.2010

HUNT, R. Technology and Organizations. Academy of Management Journal, v. 13, n.3, p. 235-52, set 1970, in GONÇALVES, J. E. L. **Os impactos das novas tecnologias nas empresas prestadoras de serviços**. Revista de Administração de Empresas, p 63 -81, São Paulo, FGV, jan/fev 1994. Disponível em: < <http://www16.fgv.br/rae/artigos/702.pdf> >.Acesso em 16 de jul.2010

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Pioneira, 2003.

INEP. **Sinopse do ensino superior de 2008**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: < <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>> Acesso em 16 de jun.2010.

KRIPPENDORF. J. **Sociologia do turismo** - Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2001.

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002

MASETTO. M. T. Formação pedagógica do docente do ensino superior e paradigmas Curriculares. In: BARBOSA, R. L.L(org). **Formação de Educadores**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. MEC. Dezembro, 2006. Disponível em:< [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12503&Itemid=841](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12503&Itemid=841)>. Acesso em 18 de jun 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. Resolução nº 13, de novembro de 2006. Institui as diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo e dá outras providências.

MOESCH, M. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2002.

MOESCH, M. Para além das disciplinas: o desafio do próximo século. IN: GASTAL, S(org). **Turismo investigação e crítica**. São Paulo: Contexto, 2002.

PADILHA, P. R. Currículo, Complexidade e círculo de cultura. In: **Currículo Intertranscultural – Novos itinerários para a educação**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004.

PARECER CNE/CP Nº 29/2002. Trata das diretrizes curriculares nacionais no nível de Tecnólogo. Disponível em < [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/rede/legisla\\_rede\\_parecer292002.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer292002.pdf) >. Acesso em 29 de jun. 2010.

RAMOS, M. N. **A educação profissional pela pedagogia das competências: para além da superfície dos documentos oficiais.** Educ. Soc. v.23n. 80Campinas.set.2002. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302002008000020&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002008000020&lng=pt&nrm=iso)> Acesso em 10 de jul. 2010.

RESOLUÇÃO CNE/CP 3, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2002. Institui as diretrizes curriculares nacionais gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf>.> Acesso em 29 de jun.2010.

REJOWSKI, M. **Turismo e pesquisa científica.** Pensamento Internacional X Situação Brasileira. Campinas: Papirus, 1996.

SCHWARTZMAN, S. **A expansão do ensino superior, a sociedade do conhecimento e a educação tecnológica.** Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, 2005. Acesso em:< [http://www.iets.org.br/biblioteca/A\\_expansao\\_do\\_ensino\\_superior\\_a\\_sociedade\\_do\\_conhecimento\\_e\\_a\\_educacao\\_tecnologica.pdf](http://www.iets.org.br/biblioteca/A_expansao_do_ensino_superior_a_sociedade_do_conhecimento_e_a_educacao_tecnologica.pdf) > Acesso em 29 de jun. 2010.

SHINUGOV NETO, A; MACIEL, L. S. B(orgs). **Currículo e formação profissional nos cursos de turismo.** Campinas, SP: Papirus, 2002.

Teixeira, R. M. Ensino superior em turismo e hotelaria: análise comparativa dos cursos de graduação o Brasil e no Reino Unido. In: SHINUGOV NETO, A; MACIEL, L. S.B(orgs). **Currículo e formação profissional nos cursos de turismo.** Campinas, SP: Papirus, 2002.

## APÊNDICE A

### Relação de Certificações Intermediárias

- Coordenador de planejamento em Serviços Turísticos
- Gestor de promoção e vendas em Serviços turísticos
- Gestor de Eventos e Negócios Turísticos.
- Consultor de Viagens
- Analista de Projetos Turísticos
- Gestor de Empreendimentos Turísticos
- Analista de turismo
- Sistema integrado de turismo
- Administradores de produtos turísticos
- Marketing e comercialização de produtos turísticos
- Guia de turismo regional
- Guia de turismo excursão nacional e América do sul
- Analista de planejamento estratégico em turismo
- Assistente de recursos humanos e materiais empresariais
- Gestor em turismo

- Coordenador em comunicação de turismo
- Programador de eventos
- Programador de turismo
- Promotor de vendas de produtos e serviços turísticos
- Supervisor de produtos e serviços turísticos
- Analista de mercado turístico
- Planejador de marketing turístico

## APÊNDICE B

Relação de Conteúdos e Instituições.

<b>Conteúdos</b>	<b>Instituições</b>
Atendimento de Serviços Turísticos	DRUMMOND
Eventos e Negócios Turísticos	DRUMMOND
Planejamento de Serviços Turísticos	DRUMMOND
Promoção e Vendas de Serviços Turísticos	DRUMMOND
Aspectos Psicossociais do Turismo	FIRP
Atividades Integradas	FIRP
Atividades Integradas	FIRP
Comunicação em Turismo	FIRP
Custos e Formação de Preços	FIRP
Direito do Consumidor	FIRP
Economia	FIRP
Elaboração de Plano de Marketing Turístico	FIRP
Elaboração de Plano de Negócios	FIRP
Empreendedorismo	FIRP
Estatística Aplicada	FIRP
Estratégia de Ação Mercadológica	FIRP
Ética e Responsabilidade Social	FIRP
Gestão de Empresas Turísticas	FIRP
Legislação Aplicada ao Turismo	FIRP
Marketing de Destinação Turística	FIRP
Marketing de Incentivos	FIRP
Marketing de Relacion. e Telemarketing	FIRP

Marketing de Serviços	FIRP
Marketing Social e Cultural	FIRP
Matemática Financeira	FIRP
Modelos e Funções de Gestão	FIRP
Optativa I	FIRP
Pesquisa de Mercado	FIRP
Planejamento Turístico	FIRP
Políticas Públicas para Turismo	FIRP
Praça e Canais de Distribuição	FIRP
Produto Turístico	FIRP
Promoção e Vendas de Produto Turístico	FIRP
Publicidade e Propaganda	FIRP
Segmentação de Mercado Turístico	FIRP
Sistema de Qualidade em Turismo	FIRP
Sistemas de Informação em Marketing Turístico	FIRP
Sistemas de Marketing	FIRP
Tecnologia da Informação	FIRP
Teoria Geral do Turismo	FIRP
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	FIRP
Administração da Qualidade	FIVR
Aspectos Históricos e Geográficos da Região e do Brasil	FIVR
Atividades Práticas	FIVR
Comunicação Oral e Escrita	FIVR
Contabilidade Aplicada ao Turismo	FIVR
Direito e Legislação do Turismo	FIVR
Economia Aplicada ao Turismo	FIVR
Empreendedorismo	FIVR
Estágio Profissional	FIVR

Estatística e Pesquisa de Mercado	FIVR
Ética Profissional	FIVR
Fundamentos de Administração	FIVR
Fundamentos e Dimensões do Turismo	FIVR
Gestão de Recursos Humanos	FIVR
Gestão e Organização de Lazer e Entretenimento	FIVR
Gestão Econômico-Financeira	FIVR
Língua Espanhola I	FIVR
Língua Espanhola II	FIVR
Língua Inglesa I	FIVR
Língua Inglesa II	FIVR
Marketing Turístico	FIVR
Meios de Hospedagem	FIVR
Metodologia de Pesquisa	FIVR
Planejamento e Organização de Eventos	FIVR
Planejamento e Organização do Turismo	FIVR
Psicologia das Relações Interpessoais	FIVR
Segurança no Trabalho	FIVR
Sistema de Informação em Turismo	FIVR
Sociologia do Turismo	FIVR
Técnicas de Negociação no Turismo	FIVR
Técnicas de Operação de Agências de Turismo	FIVR
Turismo e Meio Ambiente	FIVR
Turismo Ecológico	FIVR
Agências de viagens	FMU
Alimentação e Bebidas	FMU
Cultura	FMU
Economia	FMU
Empreendedorismo	FMU
Ética	FMU
Eventos	FMU

Finanças	FMU
Lazer	FMU
Legislação	FMU
Marketing	FMU
Meios de Hospedagem	FMU
Organização e promoção de Destinos Turísticos	FMU
Organização territorial	FMU
Patrimônio	FMU
Projeto Interdisciplinar I	FMU
Projeto Interdisciplinar II	FMU
Projeto Interdisciplinar III	FMU
Projeto Interdisciplinar IV	FMU
Qualidade	FMU
Recursos Humanos	FMU
Transportes Turísticos	FMU
Conceituação Turística	FUNDETEC
Administração da Produção	FUNDETEC
Administração de Recursos Humanos	FUNDETEC
Administração Moderna e Pós - moderna	FUNDETEC
Agenciamento e Transporte	FUNDETEC
Atividades Extra-Curriculares	FUNDETEC
Cerimonial e Protocolo	FUNDETEC
Comportamento Ético e Cidadania	FUNDETEC
Comunicação e Língua Portuguesa	FUNDETEC
Desenvolvimento e Projetos Empresariais (TCC)	FUNDETEC
Destinações Turísticas	FUNDETEC
Direito Empresarial	FUNDETEC
Economia e Mercado	FUNDETEC

Elementos de Tomada de Decisão	FUNDETEC
Empreendedorismo	FUNDETEC
Espanhol Instrumental	FUNDETEC
Estatística	FUNDETEC
Estratégias de Ambiente Organizacional	FUNDETEC
Estratégias de Comunicação em Turismo	FUNDETEC
Excelência da Qualidade na Prest. Serv.Turísticos	FUNDETEC
Formação e Aperfeiçoamento de Gerentes	FUNDETEC
Gestão de Negócios em Turismo	FUNDETEC
Higiene, Saúde Segurança nas Organizações	FUNDETEC
Inglês Técnico	FUNDETEC
Logística Integrada	FUNDETEC
Marketing Turístico	FUNDETEC
Mercadologia em Turismo	FUNDETEC
Metodologia do Trabalho Científico	FUNDETEC
Noções de Contabilidade de Custo	FUNDETEC
Organização em Eventos	FUNDETEC
Planejamento de Marketing Turístico	FUNDETEC
Planejamento Estratégico e Organizacional	FUNDETEC
Planejamento Turístico	FUNDETEC
Política Empresarial e Comercial em Turismo	FUNDETEC
Políticas Sociais e Empresarias	FUNDETEC
Propaganda e Publicidade	FUNDETEC
Psicologia Organizacional	FUNDETEC
Tecnologia da Informação no Turismo	FUNDETEC
Aspectos Históricos e Artísticos do Estado de São Paulo	HOTEC
Espanhol Aplicado	HOTEC
A&B	HOTEC
Agenciamento em Serviços Turísticos	HOTEC
Aspectos Históricos e Artísticos do Brasil e América do Sul	HOTEC
Comunicação Aplicada	HOTEC

Empreendedorismo	HOTEC
Fundamentos e Dimensões do Turismo	HOTEC
Geografia Aplicada ao Turismo no Brasil e América do Sul	HOTEC
Geografia e Meio Ambiente	HOTEC
Gestão da Qualidade em Serviços Turísticos	HOTEC
Gestão de Pessoas	HOTEC
Gestão Econômico-Financeira	HOTEC
Inglês	HOTEC
Legislação Aplicada	HOTEC
Marketing / Promoção e Comercialização de Serviços Turísticos	HOTEC
Métodos e Técnicas de Pesquisa I	HOTEC
Organização e Técnicas de Entretenimento e Lazer	HOTEC
Planejamento e Organização de Eventos	HOTEC
Planejamento e Organização no Turismo	HOTEC
Práticas Profissionais I (Visitas Técnicas e Viagens)	HOTEC
Práticas Profissionais II (Visitas Técnicas e Viagens)	HOTEC
Práticas Profissionais III (Visitas Técnicas e Viagens)	HOTEC
Primeiros Socorros	HOTEC
Relações Interpessoais no Trabalho	HOTEC
Serviços Hoteleiros	HOTEC
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso I	HOTEC
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso II	HOTEC
Teoria e Técnica Profissional	HOTEC
Administração de Empresas de Turismo	IFSP
Administração Financeira e Contábil	IFSP
Agenciamento de Viagens	IFSP
Análise Estrutural do Turismo	IFSP
Antropologia Cultural	IFSP
Captação de Recursos	IFSP
Ecologia Urbana	IFSP
Economia do Turismo	IFSP

Elementos de Estatística	IFSP
Empreendedorismo em Turismo	IFSP
Estágio Supervisionado	IFSP
Ética e Relações Interpessoais	IFSP
Formação Histórica Mundial	IFSP
Fundamentos do Turismo	IFSP
Gastronomia e Eventos	IFSP
Geografia e Turismo	IFSP
Gerenciamento da Qualidade	IFSP
Gestão de Pessoas	IFSP
Globalidade e Cultural Local	IFSP
Língua Espanhola	IFSP
Língua Inglesa 1	IFSP
Língua Inglesa 2	IFSP
Língua Portuguesa e Comunicação	IFSP
Marketing Pessoal e Etiqueta Profissional	IFSP
Marketing Turístico	IFSP
Noções de Direito e Legislação	IFSP
Organização de Eventos Culturais	IFSP
Paisagem e Identidade	IFSP
Planejamento e Organização do Turismo	IFSP
Políticas Públicas e Sociedade Civil	IFSP
Preservação e Conservação Ambiental	IFSP
Princípios Básicos da Hotelaria	IFSP
Projeto Integrador 1	IFSP
Projeto Integrador 2	IFSP
Projeto Integrador 3	IFSP
Projeto Integrador 4	IFSP
Projeto Integrador 5	IFSP
Prospecção Mercadológica	IFSP
Relações Internacionais	IFSP

Relações Públicas	IFSP
Segmentação do Mercado Turístico	IFSP
Sistemas de Transportes	IFSP
Sociologia do Turismo	IFSP
Técnica de Elaboração de Roteiros	IFSP
Técnicas de Cerimonial e Protocolo	IFSP
Técnicas de Elaboração de Projetos	IFSP
Técnicas de Planejamento e Organização de Eventos	IFSP
Técnicas de Redação Empresarial e Comercial	IFSP
Técnicas Publicitárias	IFSP
Turismo de Negócios	IFSP
Turismo e Lazer	IFSP
Agências e Roteiros Turísticos	ITES
Arte, Cultura e Patrimônio	ITES
Atividades Complementares	ITES
Comunicação Empresarial	ITES
Controle de Custos em Serviços de Hospitalidade	ITES
Desenvolvimento Sustentável	ITES
Dinâmica das Relações Interpessoais	ITES
Elaboração de Roteiros e Formatação de Preços	ITES
Empreendedorismo	ITES
Estrutura do Mercado de Turismo	ITES
Estudo da Viabilidade de Projetos Turísticos	ITES
Estudo das Bebidas	ITES
Ética e Legislação: Trabalhista e Empresarial	ITES
Fundamentos do Turismo	ITES
Gestão de Eventos	ITES
Gestão dos Meios de Hospedagem	ITES
Hospitalidade: Turismo, Hotelaria e Gastronomia	ITES
Lazer e Recreação	ITES
Libras (Optativa)	ITES

Logística em Serviços	ITES
Marketing Turístico	ITES
Plano de Negócios	ITES
Projeto Integrado Multidisciplinar I	ITES
Projeto Integrado Multidisciplinar II	ITES
Projeto Integrado Multidisciplinar III	ITES
Projeto Integrado Multidisciplinar IV	ITES
Regime Jurídico do Turismo	ITES
Sistemas de Transportes	ITES
Turismo Cultural e Esportivo	ITES
Turismo Gastronômico	ITES
Administração Financeira de Empresas de Turismo	METODISTA
Análise Estrutural do Turismo	METODISTA
Atividades Complementares	METODISTA
Comportamento do Consumidor, Segmentação e Pesquisa	METODISTA
Comunicação e Expressão no Turismo	METODISTA
Divulgação e Vendas de Produtos Turísticos	METODISTA
Economia do Turismo e Legislação Aplicada	METODISTA
Elementos Históricos e Culturais do Turismo	METODISTA
Empresas de Turismo e Sua Estrutura	METODISTA
Geografia do Turismo, Espaço e Meio Ambiente	METODISTA
Marketing Turístico	METODISTA
Princípios da Administração Aplicados ao Turismo	METODISTA
Projeto de Ação Profissional I	METODISTA
Projeto de Ação Profissional II	METODISTA
Projeto de Ação Profissional III	METODISTA
Projeto de Ação Profissional IV	METODISTA
Turismo, Lazer e Seus Aspectos Sociais e Culturais	METODISTA
Administração Empresarial	MÓDULO
Atividades Complementares I	MÓDULO
Atividades Complementares II	MÓDULO

Atividades Complementares III	MÓDULO
Atividades Complementares IV	MÓDULO
Ciências do Homem	MÓDULO
Contabilidade e Análise de Custos	MÓDULO
Fundamentos do Turismo	MÓDULO
Gestão de Empresas de Turismo	MÓDULO
Gestão de Eventos	MÓDULO
Gestão de Recursos Humanos	MÓDULO
Inovação, Criatividade e Espírito Empreendedor	MÓDULO
Legislação Turística	MÓDULO
Linguagem, Leitura e Produção de Textos	MÓDULO
Marketing e Comercialização de Produtos Turísticos	MÓDULO
Mercado Turístico	MÓDULO
Planejamento Turístico	MÓDULO
Projeto Integrado	MÓDULO
Projeto Integrado II	MÓDULO
Projeto Integrado III	MÓDULO
Projeto Integrado IV	MÓDULO
Relações Interpessoais	MÓDULO
Turismo e Hospitalidade	MÓDULO
Turismo e Meio Ambiente	MÓDULO
Análise de Investimento	UCB
Comunicação Empresarial	UCB
Contabilidade	UCB
Economia Aplicada ao Turismo	UCB
Empreendedorismo e Inovação	UCB
Ética	UCB
Gestão da Qualidade	UCB
Gestão de Hospitalidade	UCB
Gestão de Marketing e Atendimento ao Cliente	UCB
Gestão de Pessoas	UCB

Gestão Financeira	UCB
Inglês Instrumental	UCB
Legislação Turística	UCB
Leitura e Produção de Texto	UCB
Serviços Turísticos	UCB
Teoria Geral do Turismo	UCB
Gestão e Operação de Agências de Turismo	UCB
Introdução à Educação a Distância	UCB
Marketing Turístico	UCB
Tópicos Especiais em Turismo	UCB
Agência de Viagens e Transporte	UNAERP
Atividades Complementares	UNAERP
Atividades Complementares	UNAERP
Captação de Recursos no Turismo	UNAERP
Desenvolvimento de Projetos (Plano de Negócios)	UNAERP
Economia e Mercado	UNAERP
Empreendedorismo	UNAERP
Estatística	UNAERP
Ética e Cidadania	UNAERP
Inglês Instrumental	UNAERP
Introdução à Administração	UNAERP
Introdução à Contabilidade	UNAERP
Lazer e Recreação	UNAERP
Legislação e Direito do Consumidor	UNAERP
Leitura e Produção de Textos	UNAERP
Marketing	UNAERP
Meio Ambiente e Turismo	UNAERP
Meios de Hospedagem	UNAERP
Metodologia no Trabalho Científico	UNAERP
Noções Básicas de Eventos	UNAERP
Noções de Turismo	UNAERP

Orientação para Estágio	UNAERP
Planejamento e Organização do Turismo I	UNAERP
Planejamento e Organização do Turismo II	UNAERP
Políticas Públicas e Turismo	UNAERP
Qualidade nos Serviços	UNAERP
Recursos Humanos	UNAERP
Relações Internacionais	UNAERP
Responsabilidade Social e Ambiental	UNAERP
Seminários	UNAERP
Técnicas de Cerimonial e Protocolo	UNAERP
Técnicas de Informática	UNAERP
Técnicas em Roteiros Turísticos	UNAERP
Turismo, Cultura e Patrimônio	UNAERP
Atividades Acadêmicas Científicas e Culturais	UNICID
Design de Hospitalidade	UNICID
Estudo de Mercado Turístico	UNICID
Gestão de Serviços Turísticos	UNICID
Mercado de Turismo e Eventos	UNICID
Panorama de Hospitalidade	UNICID
Plano de Negócios	UNICID
Profissional de Eventos	UNICID
Projeto Integrado I	UNICID
Projeto Integrado I I	UNICID
Projeto Integrado I II	UNICID
Projeto Integrado IV	UNICID
Serviços Turísticos	UNICID
Viagens Técnicas	UNICID
Comunicação e Oratória	UNIMONTE
Cultura e Folclore	UNIMONTE
Direito do Turismo	UNIMONTE
Economia e Mercado	UNIMONTE

Empreendedorismo no Turismo	UNIMONTE
Estatística Aplicada	UNIMONTE
Fundamentos de Turismo e Hospitalidade	UNIMONTE
Geografia e História Aplicada ao Turismo	UNIMONTE
Gestão Ambiental	UNIMONTE
Gestão Comercial	UNIMONTE
Gestão de Agências de Viagens	UNIMONTE
Gestão de Eventos	UNIMONTE
Gestão de Pessoas	UNIMONTE
Gestão Financeira	UNIMONTE
Marketing Turístico	UNIMONTE
Modelos e Estruturas Organizacionais	UNIMONTE
Planejamento Turístico	UNIMONTE
Projeto Aplicado ao Agente de Viagem e Transportes	UNIMONTE
Projeto Aplicado ao Desenvolvimento de Guia de Turismo	UNIMONTE
Projeto Aplicado ao Planejamento e Estratégias em Turismo	UNIMONTE
Recreação e Lazer	UNIMONTE
Transportadora Turística	UNIMONTE
Turismo Gastronômico	UNIMONTE
Turismo Regional	UNIMONTE
Cartografia Aplicada ao Turismo	USF
Elaboração de Projetos Turísticos	USF
Empreendedorismo e Planos de Negócios	USF
Estágio	USF
Estudo do Homem Contemporâneo	USF
Gastronomia Aplicada ao Turismo	USF
Gastronomia: Restaurantes, Enologia e Serviços	USF
Geografia Aplicada ao Turismo	USF
Gestão Ambiental em Turismo	USF
Gestão de Unidades de Conservação	USF

Gestão Hoteleira	USF
História da Arte e Patrimônio Cultural	USF
Hospitalidade	USF
Inglês Instrumental	USF
Lazer e Técnicas de Recreação	USF
Legislação Aplicada	USF
Marketing Empresarial	USF
Meio Ambiente, Turismo e Diversidade Cultural	USF
Metodologia do Trabalho Científico	USF
Métodos Estatísticos	USF
Orientação à Prática Operacional	USF
Planejamento Turístico	USF
Políticas Públicas de Turismo	USF
Prática e Organização de Eventos	USF
Projetos Turísticos Sustentabilidade	USF
Sociologia: Turismo e Ambiente	USF
Técnicas de Agências de Viagens	USF
Tópicos Especiais em Turismo	USF
Transportes Turísticos	USF
Turismo e Estudo do Meio	USF
Turismo e Meio Ambiente	USF
Visita Técnica Aplicada I	USF
Visita Técnica Aplicada II	USF